



NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Campinas

ANO XVIII

Nº 121

p. 1 – 84

janeiro/março/86

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

D. Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Eduardo José Pereira Coelho

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Paulo de Tarso Barbosa Duarte

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Antonio José de Pinho

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Ersio Lensi

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Profa. Maria Helena Degani Rocha

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Departamento de História da Pontifícia

Universidade Católica de Campinas

ANO XVIII – Nº 121

ISSN-0101-4919

JANEIRO/MARÇO/1986

SUMÁRIO

Artigos

- | | |
|---|----|
| Terra da saúde e da beleza | 3 |
| Odilon Nogueira de Matos | |
| Os esquecidos | 8 |
| Ernani Silva Bruno | |
| A imperatriz do Brasil | 14 |
| Hélio Damante | |
| Nativismo gaúcho | 16 |
| Sérgio Amad Costa | |
| A mordaz crítica nos tempos do Império | 17 |
| Fernando Cruz Gouvêa | |
| O Rio Grande do Sul precisa ser mais conhecido | 23 |
| Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci | |
| Uma importante análise nas relações raciais do Brasil colônia | 25 |
| José de Ribamar Caldeira | |

Instrumentação da "Imprensa Paulista", de Lafayette Toledo: a imprensa em Amparo.	29
Marcello de Ipanema e Cybelle de Ipanema	
Primeiras edições das obras de Silva Alvarenga.	44
Rubens Borba de Moraes	
Registro Bibliográfico.	51
Periódicos	57
Noticiário	
Alfonso Trugillo Ferrari: Perfil de um mestre	60
José Pedro Leite Cordeiro	62
Prêmio Monteiro Lobato (1986).	63
Um pouco de Música	
Os dois Franz Schubert (Carlos González)	65
Memória Campineira: Bento Quirino	67
Textos	
Voluntários da Pátria	69
Situação religiosa da Irlanda no século XVIII (W. H. Fitchett)	71
Vultos da Historiografia Brasileira: Martim Francisco III	73
Seleta	
Taunay (Martim Francisco III)	76
Rabiscos de um escrevinhador	
Presença francesa no Brasil	79
Os dois Mello Moraes	80
O segundo Mello Moraes	81
Geólogo e historiador.	82
Historiador homenageado em calendário	83
Odilon Nogueira de Matos	

“TERRA DA SAÚDE E DA BELEZA”

(Capítulo inicial das **Reminiscências de Poços de Caldas**, em preparo)

Odilon Nogueira de Matos

Pouco antes da revolução de 1930, por motivos de saúde (talvez fosse mais correto dizer por falta de saúde), meus pais julgaram necessário residir algum tempo em Poços de Caldas, alugando para isto uma modesta casinha à rua Rio Grande do Sul, bem próximo aos Macacos. E assim, era ali que eu, então estudante numa cidade longínqua, ia passar minhas férias. Esta freqüência a Poços de Caldas de, no mínimo, três meses por ano (e durante pelo menos quatro anos) deu-me uma tal familiaridade, uma tal vivência com a bela estância que, para mim, revê-la, como periodicamente o faço, vale sempre por um verdadeiro programa da saudade.

Tanto mais que a época em que comecei a freqüentar Poços de Caldas coincidiu com a das grandes transformações empreendidas pelo governo de Antônio Carlos e que acabaram por fazer de Poços a mais importante estância balneária talvez da América do Sul. Lembro-me bem da construção e inauguração dos grandes palácios do Casino, do Palace Hotel e das Termas que, merecidamente, receberam o nome do grande Andrada, bem como das obras de complementação, em belo jardim de estilo lenotriano, da Praça Pedro Sanches. Sua fonte luminosa — na época uma extraordinária novidade — atraía gente de toda a parte para ver a nova maravilha, única (dizia-se) na América do Sul.

Todavia, a mais antiga recordação que tenho de Poços de Caldas bem antes da inauguração das obras mandadas realizar por Antônio Carlos, prende-se à vista que à estância fez o vice-presidente da República Fernando de Mello Viana, em fins de 1929 ou já em princípios de 30, não me recordo bem. Lembro-me do banquete que lhe foi oferecido no casino “Ao Ponto”, que ficava no local onde se ergue atualmente o edifício “Bauxita“, na esquina de Junqueiras com o beco que conduzia à escadaria, não mais existente, que levava à capelinha de Santa Cruz. Menino que era, não tinha acesso a essas coisas de gente grande, mas fazia parte do “pessoal do sereno” que se plantava, ávido de curiosidade, para ver os figurões entrarem. O que eu queria mesmo ver era o jeitão meio canhestro de meu pai, que — não sei porque — fora convidado para a festa.

Mas não o vi. Todavia, vi muito bem quando encostou o carro e dele desceu aquele que ajudava Washington Luís a moderar do reino a rédea nem sempre leve. Mal sabiam que estavam pisando sobre um vulcão que, embora aparentemente extinto, entraria em erupção alguns meses depois com o movimento revolucionário de outubro de 1930 que nem permitiu que Washington Luís, Melo Viana & Cia. Ltda., administrassem até o fim sua grande empresa.

As novas Termas eram o que havia, na época, de mais moderno. Para organizá-las o governo mineiro mandou à Europa um jovem médico do Rio de Janeiro, então radicado na vizinha cidade de Santa Rita de Cássia. Foi, visitou todas as grandes estâncias balneárias do Velho Mundo e voltou disposto a fazer de Poços de Caldas uma espécie de Carlsbad brasileira. Tornou-se o primeiro diretor do novo estabelecimento que substituiu o velho balneário, de que ainda me lembro tão bem. Lembrome, igualmente, de sua figura afável, de fina educação, homem de entrar tanto em salões nobres como em choças de roceiros. Seu nome aqui o escrevo com respeito: Aristides de Mello e Souza. Era pai do grande escritor Antônio Cândido, que foi meu colega na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. O curioso é que, durante todo o tempo em que o tive por colega (ele cursando Ciências Sociais e eu História) ignorei os laços que o prendiam ao grande diretor das Termas de Poços de Caldas, nunca me ocorrendo associar seus sobrenomes, pois a família Mello e Souza é bastante numerosa com ramificações pelo Rio de Janeiro e Vale do Paraíba. Foi só por ocasião do falecimento de Dr. Aristides, nós já formados, que, lendo no jornal seu necrológico, fiquei sabendo da filiação do ilustre colega que, na ocasião, já começava a impor-se como a crítico literário, assinando exemplares rodapés na antiga "Folha da Manhã", apenas com o nome de Antônio Cândido, pelo qual se tornou literariamente conhecido.

É muito provável — meditei pouco depois — que tivesse conhecido Antônio Cândido em Poços de Caldas. Duas coisas, pelo menos, levam-me a esta suposição: uma, o ginásio que o Mackenzie abriu em Poços, e que meu pai, para que eu não perdesse tempo, fez-me freqüentar por alguns meses, numa ocasião em que minha permanência na cidade precisou ultrapassar o período das férias. E era o ginásio em que Antônio Cândido estudava. Outra: dois ou três anos depois, já com o curso médio concluído e já metido na vida de imprensa, consegui que Dr. Aristides me concedesse uma entrevista sobre as novas Termas. E a mim, pouco mais que um pirralho, o grande médico recebeu, fidalga e pacientemente, não em seu consultório (nas próprias Termas), mas em sua residência, lá para os lados da rua Sergipe. E creio ter visto, naquela rápida visita, pessoas de sua família. Tudo isso, fazendo tantos anos, aparece-me hoje de maneira um tanto nebulosa, pois tanta coisa me aconteceu depois

dessa fase poçoscaldense e nada guardei dos meus papéis daquela época, que a memória não consegue fixar-se com precisão em pontos que hoje gostaria de reviver.

Além do Dr. Aristides, é-me grato recordar outros grandes médicos de Poços daquela época: Mário Mourão, Mário de Paiva, Manuel de Oliveira (especialmente este, de quem meu pai foi muito amigo) e ainda Antônio Imperatriz (falecido há pouco), Cleveland Perrone (ainda firme clinicando nas Termas) e os da família do Dr. Mário Mourão: seus filhos Martinho e Benedictus e seu genro, Clodoveu Davis, os quais criaram um grande Instituto Médico ao qual deram o nome de seu ilustre pai.

A propósito do dr. Mário Mourão, convém lembrar que ele se fez autor de um livro sobre Poços de Caldas, misto de história e de reminiscência, de qualquer forma um livro indispensável para o conhecimento do passado da estância. E mais ainda: publicou um **Livro dos Velhos**, espécie de “cartilha da geriatria brasileira”, ensinando como “envelhecer depois dos sessenta anos”. Todavia, quando se pode cantar como o Gérard na ópera “Andrea Chénier” — “Son sessant’anni...” — (se bem que no caso do fiel criado de Coigny fossem sessenta anos de serviço...) — não sei se toda a geriatria do saudoso Mário Mourão não parece um pouco artificial, em que pese a sua amável preocupação de mostrar simpáticos exemplos, a começar por ele próprio. Ou quando lembra que “as pessoas idosas, bebendo a água sulfurosa de Poços de Caldas estão ingerindo copos de rejuvenescimento, de beleza, de saúde...” Vá lá. O fato é que, com seu **Livro dos Velhos**, Mário Mourão tornou-se uma espécie de pioneiro da geriatria e gerontologia no Brasil. E hoje que estas coisas estão na ordem do dia, é sempre de justiça lembrar o nome de um pioneiro. Aliás, já sugeri ao meu querido primo e amigo dr. Flávio Fernandes, entusiasta e elemento atuante desses movimentos, que se lembre de, numa de suas freqüentes “jornadas”, prestar uma homenagem, por singela que seja, ao grande médico de Poços de Caldas.

Sem querer, cheguei ao título desta crônica: “Saúde e Beleza”. O dr. Cornélio Hovelacque teve a feliz idéia de juntar as duas palavras para formar o “slogan” **Terra da Saúde e da Beleza**, que tão bem condiz com a cidade, do qual ela tanto se orgulha e que tomei de empréstimo para este primeiro capítulo de minhas reminiscências de Poços de Caldas. É natural que, neste ponto, evoque a figura exemplar e profundamente humana do saudoso jurista e advogado, exemplo admirável de dedicação e tenacidade, sentimentos que sabia transmitir a quantos o procurassem em sua “Vida Social” (por muitos anos a única livreria da cidade e que só há poucos anos encerrou suas atividades) e que soube melhor ainda transmitir ao seu filho, meu querido amigo Dr. Leibnitz Tavares Hovelacque. Disse, certa vez, que, se tivesse que resumir a personalidade do dr. Cornélio numa única frase, eu escreveria: Deu a um filho o nome de Leibnitz... Isto diz tudo.

Nascido em Carmo da Cachoeira, Sul de Minas, em 1888, faleceu o dr. Cornélio aos 10 de abril de 1981, depois de uma vida de mais de sessenta anos dedicada a Poços de Caldas, para onde foi pouco depois de diplomar-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Em Poços, foi promotor e advogado, adquirindo grande renome no exercício da profissão. Teve oportunidade de importantes cargos no governo mineiro, que não aceitou só para não sair de Poços de Caldas. Foi de extrema justiça o ato recente que deu seu nome ao **Forum** da cidade.

A época de Poços de Caldas que estou recordando coincidiu, como frisei, a um período muito importante da vida da cidade, de grandes transformações, quando Poços deixou de ser aquela cidadezinha desprovida de recursos e de atrativos, embora bastante conhecida no país pelo valor de suas águas sulfurosas e, quando nada, pelo anúncio de um sabonete estampando a fotografia da cidade (“Salve Poços de Caldas ! é do teu seio que extraem o maravilhosos sabonete...etc.”) para tornar-se uma estância no verdadeiro sentido da palavra, com excelentes hotéis, balneários moderníssimos, grandes salas de jogos, passeios em condições de serem facilmente alcançados, jardins bem cuidados, tudo aquilo, enfim, que justificou o “slogan” que o Dr. Cornélio criou: “Terra da saúde e da beleza”.

Havia, na ocasião, em Poços, um núcleo bastante grande de estudantes, que ali passavam as férias ou então que, residindo na cidade, estudavam fora, de preferência em Campinas e São Paulo. É preciso não esquecer que Poços, servida, na época, apenas por uma ferrovia que partia de Campinas, sempre teve maior vinculação com esta cidade do que com a capital paulista. Aliás, antes da era do asfalto, Poços só não tinha vinculação com o próprio Estado de Minas... Os mineiros preferiam as estâncias do sul do Estado (São Lourenço, Caxambu, Lambari, Cambuquira), de acesso relativamente mais fácil. Alguém que, de Belo Horizonte, demandasse Poços, teria de fazer verdadeira odisséia, sujeitando-se a não sei quantas baldeações e pernoites. Resultado: ninguém ia. Quando, de certa feita, relacionei-me em Poços com um belorizontino, o Professor Júlio de Oliveira, que havia pouco voltara da Bélgica, onde se especializara nos métodos Decroly e sobre eles havia escrito um livro, o ilustre professor (tão ilustre quanto modesto) era olhado com curiosidade, dando a impressão de ser o primeiro cidadão de Belo Horizonte a ir a Poços. Não era o primeiro, evidentemente, mas era dos poucos. A propósito, nunca mais tive notícia de Júlio de Oliveira. Viverá ainda, já que mais de meio século se passou desde o que estou contando?

Voltando aos estudantes: além do “Castelões” e do “Ao Ponto”, gostávamos da “Vida Social”, a livraria dos Hovelacques, que durante mais de quarenta anos esteve sempre no mesmo local, na rua outrora chamada Bahia, rebatizada depois em homenagem ao Prefeito Pinheiro Chagas. Aliás, foi bom ter lembrado nesta crônica o nome do

Professor Júlio de Oliveira, porque o seu livro sobre o método Decroly foi o primeiro que adquiri na livraria dos Hovelacques. Não que eu estivesse particularmente interessado nas teorias do grande educador belga, mas apenas para aproveitar a estada em Poços do autor do livro e caçar-lhe o autógrafa. Lamentavelmente, não possuo mais esse volume, desaparecido numa das minhas muitas mudanças. Certamente estará superado, nem eu o leria mais, mas sinceramente, gostaria de o ter conservado quando nada para mostrar ao meu amigo Leibnitz o primeiro livro que adquiri em sua livraria. Primeiro de uma longa série, pois o Leibnitz, que, para mim era uma ^{espécie} série de Carlos Ribeiro de Poços — muita coisa nele me lembra o famoso livreiro da rua São José — me propiciou inúmeras vezes enriquecer sensivelmente minha biblioteca, hoje quase toda incorporada ao Departamento de História da Universidade Católica de Campinas.

A vida social de Poços de Caldas (agora não mais a livraria, mas a vida em sociedade) não propiciava muita coisa aos forasteiros. Seus clubes foram sempre muito fechados e a não ser alguma brincadeira ou festividade promovida pelos próprios hotéis, pouco havia para a rapaziada que não podia, ainda, freqüentar cassinos. Passeios e excursões, que a mim sempre interessaram, não podiam ser indicados como uma constante, pois em geral eram feitos uma só vez, ninguém tendo interesse em refazê-los, a não ser por alguma razão especial. As represas não constituíam ainda uma atração e uma delas estava ainda em construção. O morro de São Domingos, onde, mais tarde, colocaram uma estátua de Cristo, representava um desafio que nós facilmente vencíamos. Minhas primeiras subidas ao morro, tendo sido antes da construção da estátua, permitem-me dizer que elas se realizaram antes de Cristo... Tal como no Corcovado, onde minha primeira subida também foi A. C., ainda ao tempo do famoso "chapéu", de que os cariocas mais antigos bem se lembram.

Mas o que nós gostávamos mesmo era do velho cineminha, o Politeama, localizado numa das alas do Grande Hotel. O edifício ainda existe e o hotel também. Tendo mudado de proprietário não sei quantas vezes, por ele perpassa, ainda, a sombra amiga e saudosa de Dona Amélia. O cinema, entretanto, desapareceu. Em seu lugar existe hoje uma fábrica ou depósito de móveis. Numa de suas paredes, que correspondia outrora à sala de espera do cinema, podia-se ver até há pouco, quase oculta por cadeiras, poltronas, sofás e outros trens de marcenaria, a placa colocada para recordar a passagem por Poços de Caldas, em outubro de 1915, de Gustavo Salvini, "genial intérprete de Shakespeare e Ibsen". O Dr. Mário Mourão, em seu livro sobre a cidade, atribui essa placa, por engano, a Ermete Zanconi, lapso imperdoável, porque ao tempo em que ele escreveu o livro, o cinema ainda funcionava e a placa lá estava bem visível. Antes que os marceneiros a arrancassem, a Prefeitura mandou retirá-la, transportando-a para o Museu do Country Clube, onde ela pode ser vista logo à direita de quem entra. Falta, apenas, uma indicação para que os modernos saibam o que ela representa.

OS ESQUECIDOS

Ernani Silva Bruno

Mais de um observador da vida intelectual brasileira tem revelado seu espanto ao constatar que, freqüentemente, depois de 40 ou mesmo de 30 anos do aparecimento de uma notável obra literária — por seu nível estético e até por marcar nova etapa na evolução de nossa literatura — essa obra vai sendo subestimada ou atirada ao esquecimento.

Que haja autores e livros que, ao longo do tempo, fiquem marginalizados, parece normal. Cada época — ou os críticos e historiadores de cada época — reavalia as obras de tempos anteriores, que passam às vezes a ter um relevo menor que aquele que lhes atribuíam os contemporâneos.

A glória literária é bastante imprevisível do ponto de vista de sua permanência no tempo. Entre nós, todavia, em função de certas circunstâncias ligadas talvez a uma espécie de imaturidade cultural, fica-se com a impressão de que certas produções literárias são rapidamente esquecidas, não porque se tenha feito delas uma rigorosa reavaliação que as diminua, mas, simplesmente, por efeito de certo desinteresse generalizado para com o fenômeno literário ou como resultado apenas da inércia ou da ocorrência de modismos. E a situação é ainda agravada pelas deficiências e obstáculos cronicamente enfrontados pela indústria do livro.

Quantos jovens de hoje — interessados em livros de ficção — conhecem os livros de Mario Sette — espécie de Júlio Diniz dos canais de Pernambuco — do baiano Xavier Marques, cuja novela **A Cidade Encantada** reveste-se de um estranho clima que prenuncia Guimarães Rosa, do cearense Antônio Sales, do mineiro Godofredo Rangel, do carioca João Rio, do paulista Leo Vaz, do gaúcho Alcides Maya ?

Não haveria, portanto, entre nós, todo um patrimônio literário a recuperar, através de reedições à semelhança — até certo ponto — daquilo que fazem os órgãos preservacionistas, identificando, restaurando e protegendo, na medida do possível, paisagens, sítios urbanos, edificações isoladas ou peças artísticas, por constituírem bens culturais da civilização brasileira ?

Para tornar o assunto mais claro e dar a medida de sua extensão, exemplifiquemos com um único gênero literário — o romance — e apenas com um período de nossa história — o século XIX. Digamos que houve no Brasil uma fase, a bem dizer, pré-histórica, em que esse gênero apenas se

esboçou, através de toscas iniciativas, que não atingiram um nível razoável de realização. E em que se situam aquelas obras dos pioneiros que publicaram seus livros aproximadamente entre os anos de 1838 a 1848: Pereira da Silva, o Joaquim Norberto de **As Duas Órfãs**, o Azambuja Suzano de **O Capitão Silvestre e Frei Veloso**, o Teixeira e Sousa das **Tardes de um Pintor**, aos quais se poderia juntar o quase mitológico escritor gaúcho que foi Caldre e Fião, autor de **A Divina Pastora**.

Entretanto, ainda durante os anos 40 do século passado, começaram a aparecer, como não se ignora, aquelas obras que se impuseram ao gosto de um público maior e à aceitação de críticos e historiadores da literatura. A começar por **A Moreninha**, de Joaquim Manuel de Macedo. E em seguida, aqueles romances consagrados pela história, por assim dizer, oficial da literatura brasileira: Manuel Antônio de Almeida, Bernardo Guimarães, Távora, Taunay, Machado de Assis, Inglês de Sousa, Júlio Ribeiro, Aluísio, Raul Pompéia, Adolfo Caminha, Júlia Lopes de Almeida, Xavier Marques, Coelho Neto — a que se acrescentaria, depois da descoberta do seu **Dona Guidinha do Poço** — o escritor cearense Manoel de Oliveira Paiva.

E os livros esquecidos ou marginalizados que se publicaram também de meados a fins do século passado? Venho há alguns anos fazendo um levantamento do romance brasileiro, através da consulta de dicionários de literatura, de histórias literárias regionais, de catálogos de velhas editoras e dos registros bibliográficos de antigas revistas. Esse levantamento, forçosamente incompleto, me permitiu registrar, além daqueles 15 ou 16 romancistas consagrados há pouco citados, mais cerca de 80 autores e cerca de 160 romances ou novelas.

Entre esses autores, homens que se notabilizaram por motivos estranhos à literatura, como Afonso Celso, o político e ensaísta Couto de Magalhães, o jornalista Alcindo Guanabara, o pintor Pedro Américo, o líder abolicionista José do Patrocínio. Outros, que se destacaram, não como autores dos romances que escreveram, mas em outros gêneros literários, como Celso Magalhães, Valentim Magalhães, Pardal Mallet, Lúcio e Salvador de Mendonça, o poeta Luís Guimarães Júnior, o crítico literário Araripe Júnior, os historiadores Rocha Pombo e Rodolfo Teófilo, o memorialista Rodrigo Otávio e o etnógrafo Barbosa Rodrigues.

Admitamos que não haja, entre os romances desses autores, nenhum que atinja o nível estético de **Inocência**, de **Dom Casmurro**, de **O Cortiço**, de **O Ateneu**. Deve-se, no entanto, pensar que aquilo que ocorreu com o romance **Dona Guidinha do Poço** — ignorado muitas décadas — poderia ocorrer com outros livros do século passado, muito deles talvez divulgados em edições restritas e que escaparam aos críticos da época ou não os sensibilizaram por imponderáveis motivos. **Dona Guidinha do Poço**,

de Manuel de Oliveira Paiva, escrito em torno de 1890 e só publicado, na íntegra, em 1952, é um caso significativo. Na época em que foi elaborado, começara a ser publicado, em capítulos, na “Revista Brasileira”, que, em seguida, desapareceu. E só seis décadas depois — descoberto pela escritora Lúcia Miguel Pereira, que o considerou, por várias razões, um livro notável — pôde ser editado e, de certa forma, incorporado à melhor ficção brasileira.

De outros romances do século passado, os críticos de hoje não poderiam ter impressão diversa daquela que tiveram os críticos da época? É o que sugere — para citar um outro exemplo — o que ocorreu com as **Memórias de um Sargento de Milícias**, de Manuel Antônio de Almeida. O próprio autor, ao iniciar em 1852 sua publicação, em folhetins no “Correio Mercantil”, do Rio de Janeiro, não lhe atribuía maior significação que a de entreter os leitores do suplemento dominical do jornal. No fim do século passado, Sílvio Romero ainda considerava Manuel Antônio de Almeida autor de segunda plana, que apesar de certas qualidades — dizia o crítico — “escrevia no mais descurado dos estilos”. O livro só começou a ser avaliado em termos favoráveis e até entusiásticos a partir de 1931 (quando se comemorava o centenário do autor) sobretudo através de estudos que sobre ele escreveu Xavier Marques, e, no começo da década seguinte, quando Mário de Andrade prefaciou uma das reedições das **Memórias** e Marques Rebelo traçou biografia do autor.

Mas no caso dos velhos romances esquecidos — ainda que não haja obras-primas entre eles — sua divulgação e seu estudo importam aos ensaios histórico-literários, pois é postulado obviamente aceito pelos investigadores da história das literaturas que seu conhecimento mais seguro não pode deixar de incluir a análise das obras secundárias dos grandes escritores e até a produção literária dos autores (supostamente) de segunda plana.

De outra parte, a recuperação desses romances do século passado — ou de parte deles — corresponderia ao enriquecimento das fontes com que poderiam contar os pesquisadores da história da civilização brasileira. Em livro publicado em 1973, **Introdução ao Estudo da História do Brasil**, Américo Jacobina Lacombe destacava a importância para as pesquisas historiográficas, dos livros dos memorialistas brasileiros, arrolando cerca de 280 volumes do gênero, utilizáveis para pesquisas históricas. O mesmo se poderia dizer da ficção. Cumpre lembrar que essas dezenas e dezenas de romances publicados no século passado e que desapareceram de circulação revelam, bem ou mal, ambientes e costumes nacionais ou regionais da época, a linguagem dos homens de letras, as preocupações e os problemas da cultura brasileira tal como se colocavam há 100 ou 150 anos. E, dessa forma, muitos deles teriam — ao lado dos livros dos memorialistas — o valor de fontes preciosas para a historiografia brasileira, hoje preocupada não apenas com o fio dos acontecimentos polí-

tico-administrativos, mas com a análise das situações e mudanças que foram ocorrendo nas atividades econômicas, nos sistemas de transporte, na habilitação, na alimentação, na organização e nas relações de trabalho, nos costumes familiares, no vestuário e no lazer.

Os simples títulos de alguns desses romances sugerem — à margem de sua possível validade especificamente literária — a riqueza de informações com que podem fertilizar o conhecimento de regiões e de épocas da vida brasileira: **Um Motim na Aldeia**, de Araripe Júnior, **A filha do Estancieiro**, de Argemiro Galvão, **Cenas da Escravidão**, de Júlio César Leal, **Os Retirantes**, de José do Patrocínio, **Crioulo do Pastoreiro**, de Apolinário Porto Alegre, **Serões de um Tropeiro**, de José Bernardino dos Santos, **O Campeiro Riograndense**, de João Mendes da Silva, **A filha do Salineiro**, de Constantino Gomes de Sousa, **O Paroara**, de Rodolfo Teófilo.

Os Esquecidos

Este levantamento, tão completo quanto possível, dos romances publicados no Brasil no século passado, com os respectivos autores, exclui os que, de modo geral, estão consagrados pela história literária nacional: Joaquim Manoel de Macedo, Bernardo Guimarães, Franklin Távora, Visconde de Taunay, Machado de Assis, Inglês de Sousa, Júlio Ribeiro, Aluísio de Azevedo, Raul Pompéia, Adolfo Caminha, Júlia Lopes de Almeida, Xavier Marques, Coelho Neto e Manuel de Oliveira Paiva.

Adolfo Bezerra de Menezes: **A casa Mal Assombrada** (1888) e **Lázaro, o Leproso** (1892); Afonso Celso: **Lupe** (1894), **Um Invejado** (1895), **Giovanina** (1896) e **Aventuras de João Manuel** (1899); Alcindo Guanabara: **Amor** (1886); Alves de Faria: **Pecadora** (1899); Antônio Joaquim de Macedo Soares: **Nininha** (1859); Antônio Joaquim da Rosa: **A Feiticeira** (1849), **A Assassina** (1854) e **A Cruz de Cedro** (1854); Antônio Manoel Fernandes: **Paulo e Flora** (1861) e **Pontal da Cruz** (1882); Antônio Manoel dos Reis: **Alfredo** (?); Antônio D'Oliveira: **Marco Montenegro** (1898) e **Sinhá** (1898); Apolinário Porto Alegre: **Os Palmares** (1869), **O Vaqueano** (1872), **Feitiço de uns Beijus** (1873), **Latucha** (1874) e **Crioulo do Pastoreiro** (1875); Araripe Júnior: **A Casinha de Sapé** (1872), **O Ninho do Beija-Flor** (1874), **Jacina, a Marabá** (1875), **Um Motim na Aldeias** (1877), **Luizinha** (1878), **O Retirante** (1878), **O Reino Encantado** (1878) e **Xico Melindroso** (1882); Argemiro Galvão: **A Filha do Estancieiro** (1876); Artur Goulart Penteadó: **Lola** (1898); Artur Lobo: **Rosais** (1899); Ataliba Gomensoro: **Os Cavaleiros da Disgra** (?); Augusto de Azevedo Marques: **Vampiros Pastoris** (?); Avelino Foscolo: **A Mulher** (1890); Azambuja Suzano: **Um Roubo na Pavuna** (1843), **O Capitão Silvestre e Frei Veloso** (1847) e **A Baixa do Matias** (1859).

Barbosa Rodrigues: **Geraldina** (1859/1860); Barros Júnior: **Emília** (1861); **Lucila** (?) e **Olga** (?); Brício Cardoso: **Os Herpes Sociais** (1867); Bruno Seabra: **Paulo** (1861), **Doutor Pancrácio** (1861) e **Mé-mórias de um Pobre Diabo** (1869).

Caldre e Fião: **A Divina Pastora** (1847) e **O Corsário** (1851); Carlos Eugênio Fontana: **O Homem Maldito** (1858) e **Cenas da Vida** (?); Carlos Jansen: **Patuá** (1879); Carneiro Viana: **Iná** (1879) e **Noêmia** (1894); Celestino Gomes de Sousa: **O Desengano** (1871), **A filha Sem Mãe** (1873), **O Cego** (1877) e **A Filha do Salineiro** (?); Celso Magalhães: **Ela Por Ela** (1870) e **Um Estudo de Temperamento** (1881); Couto de Magalhães: **Os Guaianás** (?) Colimério de Faria Pinto: **Alberta** (1873) e **Queda de Um Anjo** (?).

Damasceno Vieira: **Uma História de Amor** (1876); Domingos Jaguaribe Filho: **Os Herdeiros do Caramuru** (1880); Domingos de Magalhães: **Amância** (?); Dunshee de Abranches: **Papá Basílio** (1898).

Emílio Adet: **Amélia** (1844); Ernesto Jaó: **O Caçador de Avestruzes** (1880).

Faria Neves Sobrinho: **Morbus** (1898); Felício dos Santos: **Acaica** (1866); Felix Ferreira: **A Má Estrela** (?); Francisco Antônio da Luz: **Alberto** (1859) e **Sacrifício** (1861); Furtado Coelho: **Um Favo de Gozo** (?).

Gonzaga Duque: **Mocidade Morta** (1899).

Horácio de Carvalho: **Cromo** (1888); Hugo Leal: **Rosa Branca** (1874), **O Seminarista** (1874), **Laurita** (1876), **A Enjeitada** (1876) e **Plébéia e Pobre** (1876).

Jaime Balão: **Martir** (1894); J. M. Velho da Silva: **Gabriela** (1875); João Júlio dos Santos: **Genesco** (1897); João Mendes da Silva: **O Campeiro Riograndense** (1889), **O Sertanejo Riograndense** (?) e **A Índia Riograndense** (?); Joaquim Maurício Cardoso: **Os Nobres da Casa Vermelha** (1894); Joaquim Norberto: **As Duas Órfãs** (1841) e **Maria ou Vinte Anos Depois** (?); Joaquim de Paula Sousa: **Campos Novos** (1878) e **Palmares** (1885); José Bernardino dos Santos: **A Doida** (1870) e **Serões de Um Tropeiro** (?); José Otaviano Miller: **Professos** (1898); José do Patrocínio Filho: **Mota Coqueiro ou A Pena Morte** (1877), **Os Retirantes** (1879) e **Pedro Espanhol** (1884). José da Rocha Leão: **Os Amores da Brasileira** (1877). Jovita Duarte Silva: **Eulália** (1862). Júlio César Leal: **Cenas da Escravidão** (1869), **Amor com Amor se Paga** (1876), **Casamento e Mortalha** (1884) e **A Casa de Deus** (1895).

Leal Júnior: **Calabar** (1863); Leonel de Alencar: **A Sonâmbula de Ipojuca** (1861). Lobo da Costa: **Espinhos d'Alma** (1872); Lúcio de Mendonça: **O Marido da Adúltera** (1882); Luís de Guimarães

Júnior: **Lírio Branco** (1862); Luís Ramos Figueira: **Dalmo ou Os Mistérios do Norte** (1863) e **Amores de Um Voluntário** (1868).

Maria Benedita Bormann: **Aurélia** (1883), **Uma Vítima** (1884), **Lésbia** (1890), **Celeste** (1893) e **Angelina** (1894); Moreira de Azevedo: **Os Franceses no Rio de Janeiro** (1870).

Nabuco de Araujo: **Zahra** (1872) e **Mini** (1873).

Oliveira Belo: **Os Farrapos** (1877).

Papi Júnior: **O Simas** (1898); Pardal Mallet: **O Hóspede** (1887) e **O Lar** (1888); Paulo Marques: **Alaísa** (1880), **Verdadeiros Mistérios do Rio de Janeiro** (1880) e **Venus ou o Dinheiro** (1881); Pedro Américo de Figueiredo e Melo: **O Holocausto** (1882) e **O Foragido** (1900); Pedro Osório: **O Poder da Carne** (1890); Pereira da Silva: **Uma Paixão de Artista** (1838), **Religião de Amor e Pátria** (1838), **Jerônimo Corte-Real** (1840) e **Manuel de Moraes** (1866); Pinheiro de Guimarães: **O Comendador** (1856).

Rita Feliciano de Oliveira: **Marta** (1899); Rocha Pombo: **A Honra do Barão** (1881), **Dadá ou A Boa Filha** (1882) e **Petrucello** (1892); Rodolfo Teófilo: **A Fome** (1890), **Os Brilhantes** (1895), **Maria Rita** (1897) e **O Paroara** (1899); Rodrigo Otávio: **Aristo** (1889) e **Bodas de Sangue** (1895); Rezende Moniz Barreto: **Favos e Travos** (1874).

Sabbas da Costa: **O Amor Fatal** (1862), **A Revolta** (1874) e **Rosinha** (?); Salomé Queiroga: **Maricota e o Padre Chico** (1871); Salvador de Mendonça: **Marabá** (1875).

Taveira Júnior: **Célio** (1877), **Cenas Trágicas** (1877), **Joaquim** (1878) e **O Engeitado** (1878); Teixeira e Sousa: **O Filho do Pescador** (1843), **Tardes de um Pintor** (1847), **Gonzaga** (1848), **Maria** (1852), **A Providência** (1854) e **As Fatalidades de Dois Jovens** (1856); Teotônio Freire: **Passionário** (1897).

Valentim Magalhães: **Flor de Sangue** (1897). Visconti Coaracy: **Jovita ou A Voluntária da Morte** (1867) e **O Amor que Mata** (1873); Vítor Valpério: **Mãe de Ouro** (1874); Vitoriano Palhares: **As Noites da Virgem** (1866).

A IMPERATRIZ DO BRASIL

Hélio Damante

Um livro sobre d. Leopoldina, de quem se poderia pensar na da haver de novo a dizer depois da obra exaustiva de Alberto Rangel, estaria condenado a ser maçante repetição de coisas sabidas. O livro de Maria Amélia Arruda Botelho de Souza Aranha – *A Arquiduquesa D. Leopoldina, Imperatriz do Brasil* (São Paulo, Instituto Genealógico Brasileiro, 1985) – prova o contrário. A autora volta-se para um aspecto menos conhecido da vida da arquiduquesa da Áustria, a sua juventude na corte de Viena, seu casamento, por procuração, com o fundador do único império moderno sul-americano, no exato momento em que começava a empalidecer a estrela do império austríaco.

À mocinha que freqüentava Goethe e declamava seus poemas, muito ficaríamos a dever, pois, na verdade, D. Leopoldina foi nosso primeiro ministro da Cultura... Maria Amélia Arruda Botelho de Souza Aranha redescobriu nos arquivos de Viena desenhos da menina-moça, a revelarem seu gosto pelo belo, e coligiu exemplos de sua insaciável curiosidade intelectual, que o colorido e o isolamento dos trópicos avivaram.

O livro contribui para que não nos fixemos em demasia no estereótipo de d. Leopoldina, de esposa-mártir e mãe-amantíssima, cedo arrebatada aos sofrimentos deste vale de lágrimas e ao marido infiel.

Dela D. Pedro I, conquistador insaciável e não obstante ou por isso mesmo romântico, não poderia dizer o que de sua irmã, a Arquiduquesa Maria Luiza, escreveu Napoleão: “Mon cher, espouzes une allemande, se sont les meilleurs femmes du monde, bonnes, naïves et fraîches como les roses” (p. 20). Não nos iludamos, porém, pensando que os interesses de d. Leopoldina esgotavam-se na botânica e na mineralogia (ou nos conselhos políticos do casamenteiro Metternich). Como toda jovem, não desdenha a felicidade possível do lar. Em suas cartas aqui coligidas percebe-se quanto lutou para isso, em terra estranha e meio hostil.

A seu tio, o grão-duque Ferdinando III, escreve a recém-casada, às vésperas do regresso de D. João VI para Lisboa, isto é, na hora da verdade: “Sou feliz porque quero sê-lo; apesar de todas as vozes de in-

trigas grosseiras e preconceituosas que aqui tão freqüentemente se têm de suportar, o meu modo de portar-me é apenas de paciência e silêncio absoluto (...)” (p. 39). Quando surgiu d. Domitila não se poderia dizer que a imperatriz estivesse despreparada.

Ao volume, fartamente ilustrado, a autora acrescenta retratos psicogenético-genealógicos da biografada, sobre os quais, como bem observa Francisco Marins no prefácio, é melhor aos leigos não ir além das chinelas.

(*Cultura*, supl. de “O Estado de S. Paulo”, 11-8-1985).

NATIVISMO GAÚCHO

Sérgio Amad Costa

O retorno do “nativismo”, sobretudo no Sul, está em pleno curso e não há ainda a necessária distância para podermos verificar, com clareza, até onde chegam suas influências, nem apareceu um teórico para enunciar os conceitos da mais nova fase do gauchismo. De qualquer maneira, um significativo segmento da população do Rio Grande do Sul e de outros Estados vem “curtindo” a roda de fogo, o chimarrão, o fandango, o churrasco informal, o pingó, a música regional, a declamação, etc., numa exótica mistura de telurismo, culto dos antepassados, farroupilhismo gaúcho cívico, regionalismo literário, tradicionalismo e nativismo. Conforme as circunstâncias, o local, a faixa etária, predomina um ou outro desses aspectos. É este panorama cultural em que Barbosa Lessa, um dos fundadores do primeiro Clube da Tradição Gaúcha — o CTG-35 —, situa seu livro **Nativismo: um fenômeno social gaúcho** (Porto Alegre, L & PM, 1984).

Trata-se de trabalho assaz atraente, onde o autor apresenta uma síntese muito clara e empolgante da evolução da cultura sul-riograndense, desde o início do século passado até os dias atuais. Para compreendermos como se manifesta o recente “nativismo” dos jovens do Sul, é inevitável conhecer aspectos básicos de suas raízes. Assim, antes de tratar de questões pertinentes aos primeiros movimentos tradicionalistas, com o “regionalismo” literário da década de 20, descobrindo a temática gaúcha, e a formação dos Clubes de Tradição Gaúcha, após a II Guerra Mundial, o ensaísta salienta a origem e a importância de hábitos e costumes que marcaram e ainda marcam a sociedade pastoril do Rio Grande do Sul.

Impossível compreender tal cultura se não se souber, por exemplo, o significado do “galpão” das estâncias. “Não é o que os outros entendem como uma simples construção. Algo mui sério, patricio. O hospitaleiro refúgio onde todos são irmãos. Todos da mesma iguala, na mesma bomba de mate. O mate corre na volta sem conhecer hierarquia. Mesmo o patrão, se ali chega, espera sua vez na roda! E onde é que já se viu isso?!” Mas o autor não pára por aí. O pago, a bombacha, o chimarrão, a dança, a música, a literatura, o despertar da consciência nativa também são discutidos neste trabalho, onde a cultura popular sulina é vista não de forma saudosista, mas, sim, viva, com a seriedade e o respeito que lhe são devidos. Trata-se de um livro — embora de poucas páginas (119) — que enriquece nossa bibliografia sobre culturas regionais.

A MORDAZ CRÍTICA NOS TEMPOS DO IMPÉRIO

Fernando da Cruz Gouvêa

“Pernambuco é um céu aberto”, exclamou D. Pedro II ao desembarcar no Recife numa manhã de novembro de 1859. Essa expansão pouco comum no monarca de temperamento taciturno, registrada n’O **Monitor das Famílias** em meio às notícias, diz Luiz do Nascimento, “extraídas em grande parte de folhas públicas, principalmente do **Diário de Pernambuco**”, inspira-se no belo espetáculo da cidade ensolarada, engalanada e cheia de gente convocada pela imprensa de todos os partidos para ver e saudar os soberanos que pela primeira vez pisavam o solo pernambucano. Segundo o conservador **Diário de Pernambuco**, “na realidade a Veneza americana seduzia e encantava, como mágica sereia deslumbrante de esplendores”. De sua parte, **O Liberal Pernambucano** frisava que o Largo do Colégio, coalhado de povo, “era uma das vistas mais belas que jamais tivemos diante dos olhos”. Apesar de sua ligação com o partido que amargava duro ostracismo político, consequência da Revolução Praieira, a folha garantia que mais do que alegria, entusiasmo ou júbilo, o povo à vista de Suas Majestades fora tomado por uma fúria, “uma espécie de enlouquecimento”, que afetou até a ordem do préstito.

Reclamando apenas que “a poeira era muita, assim como o calor”, D. Pedro II percorria aquelas ruas sem dúvida lembrado de que há dez anos elas haviam servido de cenário da luta entre os guerrilheiros da “Praia” e as forças imperiais que, mais poderosas, esmagaram grande parte dos revoltosos, deixando os sobreviventes como presas para a feroz repressão de Manuel Vieira Tosta e de Figueira de Melo. O povo que testemunhara os dramáticos eventos de 2 de fevereiro de 1849, aplaudia o moço soberano que, desfilando em o vistoso uniforme de almirante, transmitia aos provincianos uma imagem igual à dos príncipes mostrados em ilustrações vindas de longe.

De tal forma D. Pedro II marcou a imaginação popular que anos depois voltando à capital pernambucana, houve quem estranhasse a troca por ele feita do uniforme pelo fato preto “a burguês”, como diria o **Diário de Pernambuco**, inexpressivo para um soberano que em lugar de alimentar com magnetismo pessoal os seus súditos carentes de politização e de entusiasmo pela monarquia, amornava-se naquele ceticismo, voltaireano até a licença, observaria Oliveira Lima. **O Seis de Março**, terrivelmente panfletário no seu republicanismo, ao noticiar a passagem

do imperador pelo Recife no dia 26 de março de 1872, repeliu a expressão “descer a terra” empregada indevidamente, no seu entender pelo **Diário de Pernambuco**, e sustentava que o povo não se iludira: nem se enganara: “O rei burguês — burguês só porque saltou de bordo trajando paletó e boné — não seduziu, não arrastou, não conseguiu popularidade”.

Mas naquele dia festivo do verão de 1859, a julgar pelas notas aparecidas no Jornal recifense **A Ordem**, que sucedera a **O Echo Pernambucano** e ao **Jornal do Comércio** — segundo Luiz do Nascimento, este último “não conseguiria, no decurso de dois anos, o necessário apoio da classe comercial” — a capital pernambucana mais talvez do que para o monarca, era um céu aberto para a população, sobretudo aquela hoje chamada “de baixa renda”. Dizia “O Compadre Provinciano” em missiva endereçada a um “Compadre Cortesão”, no Rio de Janeiro, n.º **A Ordem**, edição de 10 de janeiro de 1860:

“Compadre, vou contar-lhe um fato escandaloso que acaba de ter lugar nesta cidade. Durante a estada de SS. MM. nesta província, os gêneros alimentícios não sofreram a menor alteração: antes pelo contrário alguns baixaram consideravelmente. A carne verde, o peixe e a farinha chegavam para toda a população, e a preços módicos; todos admiravam a abundância e a regularidade do mercado, de modos que atribuía-se mais esse bem à presença dos augustos visitantes. Mas que engano, meu compadre. Os monopolistas, essa raça malvada e amaldiçoada de Deus e dos homens, apenas SS. MM. embarcaram, elevaram o preço de tudo, de sorte que a carne que se vendia a 160, hoje subiu a 320 rs. a libra; a farinha, que naqueles venturosos dias não passou a 320 rs. a cúa, hoje custa 480 e 560 rs.; o peixe !... o peixe custa mais que ouro”.

Para o articulista, “uma súcia de verdadeiros réus de polícia” aglomerava-se nos bancos da ribeira, e ali “jogando e bebendo cachaça”, tão cedo aparecia o pescador, era cercado por todos os lados, “até aposentarem-se da pesca, e ali mesmo revendia a outros três ou quatro, de modos que quando o peixe chega a ser retalhado com o povo é por um preço tão fabuloso que admira”. A polícia bem poderia remediar o mal, dizia ele, trancafiando tais atravessadores, ou por outra, recrutando-o para as forças armadas imperiais.

Entretanto, mais grave parecia o problema da carne verde, “porque desgraçadamente achavam-se envolvidos no monopólio dela alguns **figurões** da nossa terra, os quais ou já perderam a graça de Deus, ou são tão egoístas que não enxergaram o sangue que diariamente bebem do povo. Apesar porém de tudo isso a polícia podia dar algum remédio ainda que lhe fosse preciso praticar algum arbítrio, que seria aplaudido pela população”.

Quanto ao terceiro gênero básico da alimentação do povo, a farinha, prosseguiria “O Compadre Provinciano”, além de ser comprado “à meia-noite” pelos monopolistas dos armazéns, havia na época “uma quadrilha arregimentada que antes de o matuto chegar à povoação dos Afogados, é logo atacada a preço módico para ser vendida pelo duplo, na praça. Esses atravessadores são tão audazes que chegam a forçar os pobres matutos para lhes entregar a farinha pelo preço que querem”. E completava o quadro por assim dizer secular: “Enfim, meu compadre, estamos pagando caro os dias que gozamos durante a visita de SS. MM. Imperiais; e os monopolistas enchendo as algibeiras à custa do sangue do povo !”.

Quando o **Apa** suspendeu do porto do Recife levando a bordo o imperador e a imperatriz, a imprensa pernambucana julgou válido apresentar aos leitores algumas considerações sobre o que a província esperava de objetivo daquela visita triunfal, concluída na madrugada de 24 de dezembro, sempre em meio a aplausos que chegaram a repercutir no Rio de Janeiro (Ver **Diário de Pernambuco** de 6 de janeiro de 1860), e com as salvas das fortalezas e dos navios surtos no porto. O **Liberal Pernambucano**, que há muito pleiteava a criação de uma sociedade agrícola, louvaria a instalação da Sociedade Auxiliadora da Agricultura, capaz, dizia, de atacar os dois principais problemas da lavoura provincial: a falta de braços e a falta de capitais.

Descrevendo com todos os pormenores a partida do Imperador, o **Diário de Pernambuco** admitia que a província já recebera alguns benefícios de reconhecida importância, todavia, outros maiores ainda eram devidos pelo Governo Imperial. Parecia ao Jornal um fator importante o conhecimento adquirido pelo monarca durante a visita sobre as condições e as necessidades de Pernambuco e isto, por certo, seria vantajoso e autorizava esperanças de que afinal viriam o melhoramento do porto, o prédio para a faculdade de Direito e outras medidas de sentido social.

Enquanto isso, dizendo-se imparcial, sem ligações partidárias, e censurando o individualismo que reduzia a nada os partidos políticos, **A Ordem** não se iludia muito que os generosos aplausos dos comprovincianos ao imperador levariam o Governo central a dispensar uma província empobrecida que tanto tinha a reivindicar, e no entanto via substanciais parcelas de sua arrecadação recolhidas em benefício do Centro-Sul. Inácio Bento de Loiola, redator-chefe da folha, ressentido, ao que parece, com o comércio do Recife que negara apoio ao jornal por ele criado, acolheu novas crônicas do “Compadre Provinciano” (talvez pseudônimo seu) censurando os homens de negócios da capital. Dizia o articulista na edição do 24 de janeiro de 1860:

“Compadre Cortesão: Depois que SS. MM. se retiraram, reapareceram as calamidades principalmente no que concerne à alimentação.

Os monopolistas de mãos dadas com os agentes da municipalidade continuam a esfolar o povo. A traficância na ribeira do peixe, no mercado da farinha e nos açougues está no seu auge, e uma autoridade só não aparece ao menos para garantir a população da invasão desses autores ! Alguns fiscais da Câmara Municipal já andam ocultos, receosos de que o povo os acometa de mão armada para chamá-lo à conta”.

Em seguida, reclamaria contra uma cena deplorável e que começava a ser comum nas ruas do Recife daquela época: “Os garapões, que por uma postura municipal são proibidos pelos danos que causam aos escravos, aí estão patentes aos olhos do público. No cais do Ramos, no beco por detrás da igreja da Penha, na rua do Rangel e em muitas outras partes, vende-se **garapa madura** a toda a hora ! Por essa relaxação ou conivência é que os pretos escravos e os mendigos andam continuamente ébrios, e muitos morrem pelas calçadas !”.

Reclamava ainda o atento Compadre Provinciano que o asilo de mendicidade, “de que tanto se tem falado”, não teria efeito e não constava que cuidavam de por em execução o dito asilo: “Fez-se a instalação na presença de S.M., lavrou-se a competente ata, etc., etc. e tudo ficou no **statu quo** !”

A esta altura o redator alargaria suas apreciações em torno do estado, ao seu ver, lamentável da província: “Compadre, há um mistério nos negócios de nossa estrada de ferro que admira ! Os ingleses encarregados dessa empresa cometem quanta patifaria lhes apraz não só em pura perda dos interesses da companhia e do nosso governo, como particularmente da população do país, que levada particularmente por amor do ganho, ali se sacrifica continuamente. Os sinistros que ali se dão quase exclusivamente em brasileiros, são contínuos: há poucos dias foram esmagados dois infelizes na passagem do tunel na ocasião em que conduziam uns carros com materiais. Desses fatos dão-se todos os dias e a polícia do Cabo ou não tem notícia deles, ou tem medo de comunicá-los à autoridade competente para ao menos lhes dar publicidade”.

Mas, não era somente na estrada de ferro do Cabo que havia irregularidades. Na Companhia do Gás, dizia ele, registravam-se outros tantos abusos: “Há uma economia tal na distribuição do gás na iluminação da cidade que todas as noites rouba-se uma terça parte da luz tanto pela demora de acender e presteza de apagar, como pela escassez do gás que em algumas partes não passa de lamparina. O empresário do gás ou os seus agentes — assegurava o exigente “Compadre” — encarregam a um só homem o trabalho de 46 lampiões: ora, não é possível que um indivíduo possa acender tantos lampiões em menos de duas horas, e daí é que pro-

vém a demora de acender, sendo que para apagá-los em tempo é necessário duas horas antes, de forma que fica uma parte da cidades às escuras não só pela demora de acender, como pela presteza de apagar os lampiões, o que não se daria se cada homem fosse encarregado de vinte lampiões, como acontece no Rio de Janeiro, onde os lampiões não são tão distantes”.

As preocupações do articulista nas supostas cartas ao compadre da Corte abrangiam também o estado não muito bom de hospitais da cidade, e por fim, traindo um pouco a sua tendência conservadora, apreciaria ele o comportamento da imprensa recifense, vale dizer aquela que fazia oposição ao partido há muito dominante:

“Compadre, a imprensa da nossa província vai invadindo as casas e as reputações mais ilibadas, sem respeito à moral nem as autoridades. Se a utilidade da imprensa está na espionagem, nas calúnias e intrigas destituídas de critérios; se consiste em matar o verdadeiro sentimento para agradar a este ou àquele assinante, infiltrando no espírito da população idéias subversivas adoçadas com o nome de liberdade, então é força confessar que andarei sempre errado, sem corresponder à missão e às vantagens da imprensa”.

As simpatias conservadoras do pitoresco “Compadre Provinciano” pareciam mais evidentes nos elogios reservados ao Dr. Luiz Barbalho Muniz Fiuza, que substituíra na presidência da província o então barão de Camaragibe, mas tinha algo a dizer de Goiana:

“Compadre, não sei se é por demasiada modéstia ou imperdoável descuido que os goianenses não têm dado ao público a minuciosa descrição dos pomposos festejos que ali se fizeram por ocasião da visita de S. M. o Imperador. Pois quando todos apressam-se pressurosos em alegar serviços prestados em homenagem ao augusto visitante, só Goiana, que aliás excedeu-se a todos os pontos da província nas manifestações de regozijo, é que há de ficar no olvido? Não haverá naquela populosa e ilustrada comarca um indivíduo que descreva circunstanciadamente os festejos que ali se deram, mencionando os nomes dos cidadãos que mais concorreram para tal fim? Não sei, compadre, donde vem porém essa falta. Apenas aparecer no **Diário de Pernambuco** uma conta de receita e despesa mandada publicar pelo Dr. José Joaquim Firmino como encarregado da iluminação. Nada mais consta (...) apenas se disse por alto que os goianenses brilharam; mas isso só não é bastante — diga-se tudo”, observava o redator com aquela habitual malícia.

Por último, considerando que a sua hipotética missiva estava bastante, faria ele os derradeiros e procedentes comentários contra as suas habituais antipatias, os comerciantes e os ingleses: “Meu compadre, vou concluir dizendo que as quebras nos comerciantes desta praça vão aparecendo em ponto grande! Há poucos dias quebrou um negociante

inglês e evaporou-se imediatamente antes que o digno juiz do comércio o mandasse trancafiar. Dizem que traficância excedeu de trezentos contos de réis ! Se fosse algum brasileiro que caísse nessa asneira não escapava da cadeia, mas como foi um **godeme** nada lhe é dado acontecer. Compadre, só pode viver e ser feliz no Brasil quem deixou um umbigo **lá na outra banda**. Disse. **Compadre Provinciano**".

(**Diário de Pernambuco**, 18 de novembro de 1984)

O RIO GRANDE DO SUL PRECISA SER MAIS CONHECIDO

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci
UNESP — Franca

Não fugindo à linha que sempre caracterizou seus trabalhos, nos quais o rigor científico, a abundância das fontes e ilustrações, a clareza e objetividade são elementos preponderantes e constantes, Corcino Me-deiros dos Santos lança pela Editora Nacional/Pró-Memória/INL (Coleção Brasileira), mais uma valiosa contribuição à historiografia brasileira — **Economia e Sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII** — ao analisar o processo de integração do Rio Grande do Sul ao mundo atlântico, lusitano, abarcando toda a problemática econômico-sócio-política que se fez presente.

Por ser a colonização uma empresa comercial entende-se o porque de o Rio Grande do Sul ter sido ignorado pelos portugueses nos dois primeiros séculos iniciais, já que a região não produzia em função das necessidades metropolitanas. E, tão somente com a descoberta do ouro nos planaltos centrais de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, além de Paranaguá e Jaraguá, e suspeitando haver minérios naquelas plagas, acrescido da valorização do mar e do gado para abastecimento das áreas mineradoras, é que o Rio Grande do Sul passou a interessar aos colonizadores lusos, uma vez que poderia funcionar como área de economia dependente. Daí a vinda de famílias açorianas à região, arranchados em Viamão como nos mostra o A. (p. 23): “o período decisivo para o povoamento e conquista definitiva do território do atual estado do Rio Grande do Sul foi o dos governos do brigadeiro Marcelino de Figueiredo (1769-1780) e do brigadeiro Sebastião da Veiga Cabral e Câmara (1780-1801)”, sendo os indígenas os primitivos habitantes do território, que aldeados pelos jesuítas, tiveram seu primeiro contato com a civilização européia.

Embora o escravo negro numericamente não fosse tão significativo no Rio Grande do Sul, frente ao que ocorria, por exemplo, no Nordeste “desde o primeiro momento da história gaúcha, ele está presente como componente indispensável” (p. 30).

Por outro lado, aponta o Prof. Corcino que as guarnições militares tiveram enorme influência na colonização rio-grandense, sobretudo no que tange ao florescimento das povoações e vilas, até porque o povoamento fora mais de caráter estratégico que econômico naquela área.

Praticamente conforme se depreende do estudo do trabalho em questão, entre as populações da campanha e dos centros urbanos não houve barreira social e o açoriano foi o verdadeiro elemento estabilizador entre o nativo e o militar, responsável, pois, na formação do povo rio-grandense.

Analisa o A. com muita propriedade a evolução, a formação e as características básicas do gaúcho, homem simples nos costumes, dotados de excepcionais qualidades e retidão de princípios, que, ao lado dos muares e dos animais vacuns e cavалares, construiu o Rio Grande do Sul.

Diz ainda que durante todo o século XVIII a arrecadação obtida pela Fazenda Real na área rio-grandense era ínfima, e, só à medida que o comércio lá se desenvolvia, é que houve então a integração efetiva ao patrimônio ultramarino português.

Foi com a produção de trigo e do charque que começou a haver a circulação do dinheiro e a transformação dos portos do Rio Grande e de Porto Alegre que passaram a ter significativo movimento. E, justamente ao final da década dos anos de 1710, com a grave depressão econômica sofrida por Portugal, é que aquela região passou a ser a grande esperança do levantar da economia lusa, uma vez que aí, à guisa de experiência, se desenvolvia a produção do linho-cânhamo, além do anil e da cochonilha. Como salienta o A. (p. 176) “toda essa atividade foi desenvolvida dentro de uma política de fomento agrícola e mercantil que visava à busca de novas alternativas para substituir as importações. Durante o século XVIII, o Rio Grande do Sul foi definitivamente incorporado ao patrimônio ultramarino português e por conseguinte ao mundo lusófilo”.

É ainda importante a contribuição dada pelo Prof. Corcino Medeiros dos Santos ao estimular e apontar nas páginas deste seu livro, vários temas que estão a exigir o trabalho de nossos historiadores sobre o setecentismo brasileiro a fim de que, realmente, possamos melhor compreender o processo de integração dos diferentes segmentos à economia atlântica.

UMA IMPORTANTE ANÁLISE DAS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL COLÔNIA

José de Ribamar C. Caldeira
Universidade Federal do Maranhão

A maioria das análises sobre a questão racial, no caso brasileiro, provém de antropólogos e sociólogos (não devendo ser esquecida a pequena, porém significativa colaboração que alguns psicólogos deram a estes últimos quando iniciaram suas pesquisas, por volta da década de quarenta, sobre o tema), os quais se dedicaram ao estudo dos **comportamentos** manifestados nas relações entre negros, brancos e mulatos e referem-se, em geral, à história mais recente da sociedade inclusiva.

Tais análises, por outro lado, foram suscitadas, em grande parte, pela polêmica que se estabeleceu, sobretudo nos círculos acadêmicos sobre a existência ou não de uma democracia racial no país, e que iria ocupar muitos daqueles cientistas em pelo menos duas décadas (1950 e 1960).

Dos estudos que elaboraram, pelo menos duas grandes linhas interpretativas ficariam estabelecidas para as análises posteriores sobre a questão, nos campos das investigações da Antropologia e da Sociologia: 1) os fundamentos do preconceito contra os negros e mulatos advêm do passado escravocrata da sociedade nacional e 2) após a abolição o preconceito racial persistiria, mesclando-se ao preconceito social, em decorrência da estruturação da sociedade em classes.

Isto posto, os estudos sobre as relações raciais no Brasil tenderam a privilegiar os conflitos entre dois grupos exclusivos: os brancos e os negros.

Assim, foram deixadas de lado as práticas discriminatórias entre os brancos e outros grupos raciais (como os amarelos), bem como entre estoques da própria raça branca (judeus, árabes, ciganos, por exemplo), em parte devido à intenção de ser demonstrada a ausência da democracia racial no Brasil, pautada em análises sobre a discriminação exercida pelos brancos em relação aos negros e aos mulatos.

Em razão desse tipo de enfoque, a questão da inexistência da democracia racial no caso brasileiro ficaria adstrita, na análise científica, aos conflitos entre brancos e negros quando, na verdade, outros grupos raciais eram também discriminados em graus diversos (índios, ciganos, por exemplo).

Alguns anos depois da relativa cessação da polêmica, mencionada, a questão do preconceito racial na sociedade brasileira retornaria aos círculos acadêmicos, porém não mais antropólogos e sociólogos, mas entre alguns historiadores, que passaram a se dedicar ao estudo do tema, aplicando metodologia diferenciada da utilizada por aqueles cientistas sociais. Primeiro, por incluírem, em suas análises, técnicas e processos de interpretação específicos da historiografia; segundo, por privilegiarem, como objeto de estudo, grupos étnicos até então pouco investigados, como os judeus, por exemplo e, finalmente, porque não se restringiram a períodos recentes da história brasileira, mas, antes vêm procurando reconstituir as origens do preconceito contra aquele grupo desde as primeiras etapas da formação histórica da sociedade nacional.

Entre os historiadores que orientaram e vêm orientando suas pesquisas nesse campo, podem ser destacadas as professoras Sônia Siqueira e Anita Novinski, da Universidade de São Paulo, entre os ainda poucos que estão a se dedicar ao tema.

Dos discípulos desta última já conhecemos o importante trabalho de Maria Liberman dedicado à revolta de Beckman, sobre o qual elaboramos ligeira apreciação, publicada no número 108 desta revista. E agora veio a público o livro de Maria Luiza Tucci Carneiro intitulado **Preconceito racial no Brasil-Colônia. Os Cristãos-Novos** (Editora Brasiliense, São Paulo, 1983, 271 páginas), sobre os cristãos-novos na Península Ibérica (com ênfase para Portugal) e no Brasil colonial.

O trabalho dessa autora (em sua origem, uma Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História de S. Paulo), sem dúvida, prossegue o curso das análises existentes sobre as relações conflituosas entre o grupo dominante que ocupava as estruturas de poder do Brasil na época colonial e os judeus e cristãos-novos aqui instalados, e com poucas condições para resistir às perseguições que lhes eram determinadas.

Para apreender as várias determinações que davam suporte àquelas perseguições, a autora dedicou-se à análise das causas econômicas, políticas e religiosas que foram engendradas para justificar a perseguição aos judeus e cristãos-novos que viviam na Colônia através dos aparatos de poder de então, sobressaindo-se, entre estes, a Igreja católica.

Explorando a questão do “sangue limpo” (herdada da Metrópole) e verificando como ela ocorreu na colônia portuguesa da América, a autora informa que, diferentemente de Portugal, a perseguição aos não-cristãos originários da Europa que vieram para a Colônia foi menos impiedosa, por diversos fatores, mencionando, entre estes, o “processo de miscigenação, a falta de elementos humanos para o exercício das diversas funções, a distância da Metrópole, a constante assimilação de valores culturais do branco aristocrático por aqueles que pretendiam ascender na escala social.” (p. 196).

Tais circunstâncias que, sem dúvida, tornavam menos difíceis as condições de vida daqueles perseguidos na Colônia, contudo, não eliminavam totalmente muitas das restrições que eram impostas aos cristãos-novos, mesmo aos nascidos no Brasil, como chegou a ocorrer, por exemplo, com Cláudio Manuel da Costa (o futuro poeta e inconfidente), que teve o seu pedido de ingresso em uma Ordem religiosa indeferido, “Apesar de as testemunhas afirmarem que o habilitando, seus pais e avós eram legítimos e inteiros” (p. 220); ou seja, que não constavam em sua genealogia ligações sanguíneas com mouros, mouriscos, mulatos, cristãos-novos, ou qualquer outra “raça infecta”.

O trabalho da autora desperta o interesse não apenas por revelar certas curiosidades históricas, mas sobretudo por desenvolver uma análise da teia de relações sociais, bem como da estrutura social da Colônia, onde demonstra o modo de participação dos cristãos-novos naquela sociedade: “No Brasil, os cristãos-novos ocupavam as mais diversas profissões, vindo muitos deles a exercer, como sabemos, importantes funções na vida política e social da Colônia. Donos de grandes propriedades e vivendo do comércio do açúcar, muitos se enriqueceram rapidamente e adquiriram numerosos escravos, imóveis e objetos de valor.

Encontramos também roceiros, lavradores, homens de negócios, contratadores, mercadores, tratantes, mineiros, advogados, juizes de fora, tabeliães, médicos, militares, capitães de ordenança, tenentes, coronéis, sacerdotes, tendeiros e vendeiros. Identificamos, em menor número, caixeiros, curtidores, capitães-mores, boticários, aguardenteiros e meirinhos. Houve os que enveredaram pelo sertão como bandeirantes, satisfazendo o seu espírito aventureiro e a esperança de riqueza fácil.” (p. 199).

Conforme se pode inferir das informações constantes acima, os cristãos-novos identificavam-se com muitos dos padrões e valores da sociedade brasileira de então, reproduzindo-os através de práticas econômicas e sociais iguais às atividades exercidas pelos outros agentes humanos de origem européia, o que permite admitir que não constituíam um grupo estranho ao meio social em que viviam. Nesse sentido, igualavam-se a todos os agentes envolvidos com o empreendimento colonial, deixando transparecer que as perseguições aos quais submetidos aparecem destituídas de racionalidade. Todavia, as barreiras que lhes eram impostas para a ascensão a certos postos ou cargos impediam que os cristãos-novos se integrassem totalmente na sociedade inclusiva.

E, conforme o demonstra a autora, apoiada no exame que fez dos Processos de Habilitação de Gêneros, as perseguições aos cristãos-novos no Brasil ultrapassaram o período colonial e se estenderam até inícios do século XX, caracterizada pela redução gradativa dos elementos repressivos. Essa constatação lhe permitiu dividir a história daquelas perseguições em três fases:

Primeira fase: anterior a 1773, “expressa a posição social e política ocupada pela Igreja durante o período colonial. Portadora de valores racistas e elitistas, seleciona seus membros entre elementos portadores de ‘limpo sangue’, sem mancha do sangue das ‘raças infectas’: negros, mouros, judeus, cristãos-novos, mulatos e indígenas são considerados inábeis para o exercício do sacerdócio.

O cristão-novo é constantemente agredido através de leis e estatutos que, através de uma linguagem estereotipada e acusatória, o classificam como membro de uma ‘raça infecta’.” (p. 226).

Segunda fase: estende-se de 1773 às primeiras décadas do século XIX. “No início indicam (os Processos de Habilitação) apenas mudança de vocabulário, mas não de objetivos. A Igreja ainda mantém em suas mãos as forças do poder. O inimigo objetivo da Igreja continua a ser, até inícios do Século XIX, o portador de uma religião diferente. Em fins do Século XIX, a Inquisição ainda atua e prende aqueles que defendem doutrinas diferentes do catolicismo.” (pp.226/227).

Terceira fase: “aproximadamente, da década dos 30 do século passado até o início do Século XX, englobando os primeiros quarenta anos. Nessa fase, o conteúdo dos Processos de Habilitação de Gêner se esvazia totalmente em relação às manifestações racistas. O problema cristão-novo agoniza... Da Inquisição sobram apenas os processos como lembranças de torturas, prisões e mortes. Da preocupação com a pureza de sangue, restaram os Exames de Habilitação de Gêner. A linguagem e a forma de tratamento identificadas nos processos perderam a conotação de superioridade racial divulgada pelos órgãos representativos da Igreja.

Já não encontramos referências a ‘raça infectas’ ou aos ‘limpos de sangue’. As diligências de Gêner continuaram a existir até os inícios do Século XX, mas apenas como uma pré-forma, envolvida de uma minuciosa burocracia... que culmina com a apresentação de certidões negativas, atestados e diplomas. O indivíduo passa a ser valorizado pela sua formação religiosa e cultural, e não mais como ‘elemento de limpo sangue’.” (pp. 227/230).

Embora contribua para ampliar a compreensão das formas como historicamente decorreram as perseguições aos judeus e cristãos-novos no Brasil colonial, o trabalho da autora se estendeu em demasia no exame da mesma questão em relação a Portugal.

Daí poder ser afirmado que a autora desenvolveu praticamente dois estudos: um primeiro, relativo à Metrópole (para o qual dedicou dois longos capítulos) e um segundo, referente ao Brasil colonial, para o qual reservou apenas o capítulo final.

Cumpramos observar, finalmente, a pesquisa de Maria Luiza Tucci Carneiro pode ser incluída entre os trabalhos mais importantes que um determinado campo da historiografia brasileira vem desenvolvendo nestes últimos anos, que em muito beneficiará os estudiosos das ciências sociais do país.

INSTRUMENTAÇÃO DA IMPRENSA PAULISTA, DE LAFAYETTE TOLEDO

A Imprensa de Amparo

Marcello de Ipanema
Cybelle de Ipanema

Os trabalhos de relacionamento de fontes municipais, em especial os organizados no século passado e início deste, considerando os meios de locomoção de então, inscrevem-se naturalmente no plano de altíssima benemerência. É o caso de Lafayette Toledo, com **Imprensa Paulista**, que relacionou em ordem alfabética (nem sempre obedecida), os periódicos de 83 municípios de São Paulo, de per si. Seu trabalho, concluído em torno de 1896, foi publicado na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, vol. III, páginas 303 a 499, e o adendo, de 500 a 521, totalizando, portanto, 218 páginas. Esta notável produção, entre outras razões, é clássica, pela raridade do volume e pela abrangência. Bem soube ele, como aliás todos os que se dão a semelhante desempenho, que seu trabalho — para amargura sua e de centenas de oficiais de mesmos propósitos — não satisfazia a suas imensas preocupações sobre o passado do torrão amado. A aprimorada consciência e a modéstia, contudo, não o impediram de passar aos coevos e pósteros o que amealhara com esforço e renunciando a lazeres, porém com altruísmo, com a intenção superior de revelar as gemas da terra.

A revivescência da admirável colheita do ilustre Lafayette Toledo, incansável pesquisador paulista, como as arrumações aqui dadas às suas preciosas anotações, só manifestam uma intenção: exaltar o seu trabalho e fortalecer, com a singela contribuição, a importância das fontes hemerográficas para a História e para a Comunicação.

Começamos pelo município de Amparo cuja imprensa é relacionada às páginas 312/4 e, no adendo, à 503.

Lafayette Toledo relacionou os periódicos paulistas, na ordem alfabética dos municípios, apondo aos títulos, às vezes, uma data, geralmente a de fundação. Em nota porém, adicionava-lhe o que pudesse colher. Para facilitar aos leitores de agora, incorporamos as notas logo abaixo do título do periódico e não, no rodapé da página, como vêm na publicação original. Arrumação nossa, a ordenação cronológica e as demais

agrupações, ao lado de efemérides da imprensa de Amparo e dicionarização bio-hemerográfica dos que operaram nos periódicos.

Em realidade, acostamos ao notável trabalho de Lafayette vários tipos de instrumentação, para agilizar consultas. A fim de não avolumar a relação, excluímos as referências a outros catálogos, excetuando os de Freitas Nobre, indicado sob as iniciais FN, e o número de páginas, com as variações encontradas nas informações. Ele é o conhecido e utilíssimo *História da imprensa de São Paulo* (São Paulo, Leia, 1950). Como seu critério é cronológico e, dentro de um mesmo ano, a seqüência não é alfabética, nem pela ordem alfabética dos municípios, se falta o registro do ano, em Lafayette Toledo, não o podemos recuperar em Fretas Nobre.

Só com as intenções declinadas, passamos, sem os méritos de Lafayette Toledo, os instrumentos de trabalho que, a partir de searas tão ricas, manipulamos há alguns anos, em nossa atividade docente e de anotadores da História da Comunicação.

As informações em nota, no original foram atualizadas do ponto de vista da ortografia, mantendo-se, porém, os títulos dos periódicos, porque marcas, como na publicação.

Precede as instrumentações, com o propósito igualmente de tentar desonerar os possíveis consultantes, sumaríssima informação sobre o trajeto do município.

Na dicionarização, abreviaram-se cargos e funções dos biografados, para economia de espaço.

AMPARO – TRAJETO DO MUNICÍPIO

Sem indicação dos grupos nativos da região, a maioria de seus informadores registra os anos iniciais do século XIX como os da partida da ocupação do atual município de Amparo, em virtude da boa qualidade das terras, com gentes de Bragança (Vila, a 17/10/1797), Atibaia (vila, a 27/6/1769), Nazaré (vila, a 10/6/1850) e, mais tarde, de outras, como Serra Negra, então termo de Mogi-Mirim. De Bragança, saíram João Bueno, Manuel Vaz Pinto e Manuel Antônio Pereira; de Atibaia, Francisco Xavier dos Passos, Sargento de Ordença, João e Lino Domingues, e de Nazaré, Antônio Joaquim de Almeida, Alferes.

Estes povoadores como de hábito ergueram para os serviços religiosos, modesta capela sob a invocação sugestiva da Senhora do Amparo – **Patrocínio**, para Milliet de Saint-Adolphe. A seqüência relacionada dos primeiros clérigos é: F. Figueira, capelão, Padre Elias e Padre Roque.

Via Serra Negra, onde estagiou, passou-se (1818) a Amparo saindo de Atibaia, Francisco da Silveira Franco. Com o ajudante Pedro

Nunes, obtiveram do Bispo D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade (18127-1847), a elevação de ermida a capela curada (1829).

A expansão do café acelerou a ocupação e, como consequência, seus patamares administrativos: Freguesia: Lei Provincial de 4 de março de 1839 (Milliet diz ser de 2 de março); Vila, desmembrada da de Bragança: Lei Provincial de 14/3/1857; Cidade: Lei Provincial de 28/3/1865.

Sua produção dominante advinha das agriculturas, sobressaindo-se o café, e a renda tributária de seus 47:660\$ 671, do exercício 1869/70, tripartia-se do modo:

29:389\$ 241 — Cofres nacionais
7:57\$ 120 — Cofres provinciais
10:698\$ 310 — Cofres municipais

A população, em torno de 1870, vésperas do desabrochar de seu jornalismo, era de 11.756 pessoas, sendo 2.130 escravos. Contava, a este tempo de eleição indireta, com 29 eleitores.

Referências bibliográficas entre outras:

EGAS, Eugênio. **Os municípios paulistas**. São Paulo, 1925, p. 33/46. **Livro dos Municípios de São Paulo**. São Paulo, Martins, 1951, p. 57/61.

MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. **Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo**. São Paulo, Martins, 1952, vol. I, 46/7.

PIZA, Marcelo. **Os municípios de São Paulo**. Sec. da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, São Paulo, 1924, p. 9/11.

SAINT-ADOLPHE, J. C. Milliet de. **Dicionário Geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil**. Paris, 1863, T. 1^o., p. 48.

RELAÇÃO DE LAFAYETTE TOLEDO (in RIHGSP, III, 1898, p. 393/521) Amparo (p. 312/4)

1 Amparensense (1) 1881

(1) Propriedade e redação de Elias Pimenta; durou pouco tempo.

FN, p. 124 — Fund. e dir. Elias Pimenta (Não dá a duração).

2 Beija-Flor (1) 1894

(1) Folha literária e humorística, dedicada ao belo sexo, publicada pela sociedade Cinco de Março.

FN, p. 157 — Órgão humorístico e literário (Não se refere ao belo sexo nem à sociedade).

3 **Correio Amparense** (2) 1886

(2) Folha publicada por Antônio Pinto Correia Junior, apareceu em 8 de agosto de 1886 e desapareceu em julho de 1894. Em outubro de 1890 começou a ser publicada diariamente sob a redação do padre João Manuel de Carvalho.

FN, p. 132 – Dir., Antônio Pinto Correia Júnior (Não dá o término nem as indicações complementares).

4 **Correio do Amparo** (3) 1894

(3) Órgão republicano. Apareceu em junho ou julho de 1894, resultado da fusão do **Correio Amparense**, órgão dos interesses do município, e **Diário do Amparo**, órgão republicano. É seu diretor o Sr. A. P. Correia Júnior.

FN, p. 157 – Correio de Amparo, órgão republicano. (não dá as outras informações).

5 **Cidade do Amparo** (4) 1891

(4) Órgão republicano, propriedade de uma associação. Apareceu a 10 de abril de 1891, e foi redigida por Joaquim de Toledo, Dr. João Nepomuceno da Mota, Dr. José Leite de Sousa, Dr. Candido Mota e outros.

FN, p. 146 – Cidade de Amparo, folha republicana, surgida em 10 de abril; um dos redatores, Cândido Mota. (Não dá as outras informações).

6 **Commercio do Amparo** (5)

(5) Propriedade de José Rebelo de Amorim, e depois de Benedito Estêvão dos Santos.

7 **Diário do Amparo** (6) 1881

(6) Publicado por José Rebelo de Amorin. Saíram poucos números.

FN, p. 124 – Red., Diário de Amparo. Em 1883 voltou a circular com o mesmo título (Não se refere aos números publicados).

8 **Diário do Amparo** (7) 1893

(7) Folha popular, publicada sob a redação de Carlos Ferreira, que foi substituído pelo Sr. Rafael Galvão Prestes, passando então a ser órgão republicano.

9 **Epocha** (8) 1879

(8) Periódico de propaganda republicana, impresso em Campinas, semanal e redigido pelos Drs. Antônio Augusto Bittencourt, Antonio Muniz de Souza, Francisco de Assis Peixoto Gomide e Bernandino de

Campos, atual presidente do Estado. A 5 de outubro saiu o primeiro número.

FN, p. 120 — Dos red., só cita Bernardino de Campos e Francisco de Assis Peixoto Gomide.

10 **Gazeta do Amparo** (1)

(1) Sucedeu à Tribuna, e era propriedade de José Rebelo de Amorim.

11 **Gazeta do Amparo** (2) 1886

(2) Publicada em janeiro, por José Augusto do Amaral Sousa, durou seis meses.

FN, p. 132 — Fund. e dir. por José Augusto Amaral Souza. Teve várias fases. (Não se refere à duração e a indicação das fases parece referir-se à seguinte).

12 **Gazeta do Amparo** (3) 1886

(3) Proprietário e redator; Jorge Pires de Godói. Saiu à luz da publicidade a 18 de julho de 1886, suspendendo a publicação a 10 de janeiro de 1889. Reapareceu a 1 de janeiro de 1895, sob a direção do antigo redator; é órgão dos interesses do município e publica-se aos domingos.

FN — Só se refere à anterior.

13 **Gazeta das Moças**

14 **Lirio** (junho) 1895

FN, p. 160

15 **Miniatura** (4) 1895

(4) Interessante e mimosa folha, literária e noticiosa, aparecida a 28 de fevereiro. Diretor; José Ferreira Louzada e publica-se às quintas-feiras. Até dezembro de 1895 foi redigida por Joaquim de Toledo e João Lourenço Rodrigues.

FN, p. 158 — Bissemanário. (Não dá o dir. e não se refere ao período em que foi redigida pelos dois citados).

16 **Jardim** (5) 1889

(5) Folha literária, publicada por Laurindo Marques e Bento da Silva. Saíram poucos números.

FN, p. 142 — Red., Laurindo Marques e Lourenço Rodrigues. (Não se refere aos números editados).

17 **Papagaio** (outubro) 1895

FN, p. 161

18 **Porvir** 1885

FN, p. 132 — O Porvir

19 **Progresso** (6) 1890

(6) Periódico quinzenal e literário, publicado por Bento Antônio da Silva.

FN, p. 145 — O Progresso. Red., Bento Antônio da Silva.

20 **Setimo Districto** (7) 1889

(7) Folha imparcial, propriedade de José Militão de Siqueira, publicada de abril a setembro, sob a redação de Jorge Pires de Godói.

FN, p. 140 — De vida efêmera. (Não se refere ao término).

(p. 503)

21 **Tribuna Amparense** (8) 1872

(8) Redator e proprietário José Rebelo de Amorim.

FN, p. 114 — Red. José Rebelo de Amorim.

1 **Amparense** (2) | 1896 |

(2) Diretor, José Ferreira Louzada.

2 **Revista**, (agosto) | 1896 |

INSTRUMENTAÇÃO E ANÁLISE

1 — Relação alfabética

Amparense	1881
Amparense	1896
Beija-flor	1894
Cidade do Amparo	10/4/1891
Comercio do Amparo	?
Correio Amparense	8/8/1886 — /7/1894
Correio do Amparo	jun. ou jul./1894
Diario do Amparo	1881
Diario do Amparo	1893
Epocha	5/10/1879
Gazeta das Moças	?
Gazeta do Amparo	jan/1886
Gazeta do Amparo	18/7/1886-10/1/1889; 1/1/1895
Gazeta do Amparo	?
Jardim	1889
Lirio	jun./1895
Miniatura	28/2/1895
Papagaio	out/1895

Porvir	1885
Progresso	1890
Revista	ago/1896
Setimo Districto	abr/1889
Tribuna Amparense	1872

2 — Relação cronológica

Tribuna Amparense	1872
Epocha	5/10/1879
Amparense	1881
Diario do Amparo	1881
Porvir	1885
Gazeta do Amparo	jan/1886-jul/1886
Gazeta do Amparo	18/7/1886 — 10/1/1889; 1/1/1895
Correio Amparense	8/8/1886 — /7/1894
Setimo Districto	abr/1889 — set/1889
Jardim	1889
Progresso	1890
Cidade do Amparo	19/4/1891
Diario do Amparo	1893
Correio do Amparo	jun ou jul/1894
Beija-flor	1894
Miniatura	28/2/1895
Lirio	jun/1895
Papagaio	out/1895
Revista	ago/1896
Amparense	1896
Commercio do Amparo	ano ?
Gazeta das Moças	ano ?
Gazeta do Amparo	ano ?

3 — Presença anual

1872 — Tribuna Amparense	1882 — s/registro
1873 — s/registro	1883 — s/registro
1874 — s/registro	1884 — s/registro
1875 — s/registro	1885 — Porvir
1876 — s/registro	1886 — Gazeta do Amparo (jan)
1877 — s/registro	— Gazeta do Amparo (18/7)
1878 — s/registro	— Correio Amparense (8/8)
1879 — Epocha (5/10)	1887 — Gazeta do Amparo (a de 18/7/86)
1880 — s/registro	— Correio Amparense

- | | |
|-------------------------------|--|
| 1881 – Amparense | 1888 – Gazeta do Amparo (a de 18/7/86) |
| Diário do Amparo | – Correio Amparense |
| 1889 – Correio Amparense | 1894 – Correio Amparense (até /7) |
| – Gazeta do Amparo (até 10/1) | – Correio do Amparo (jun ou jul) |
| – Setimo Disctricto (abr) | – Beija Flor |
| – Jardim | 1895 – Gazeta do Amparo (1/1) |
| 1890 – Correio Amparense | – Miniatura (28/2) |
| – Progresso | – Lirio (jun) |
| 1891 – Correio Amparense | – Papagaio (out) |
| – Cidade do Amparo (10/4) | 1896 – Amparense |
| 1892 – Correio Amparense | – Revista (ago) |
| 1893 – Correio Amparense | Anos ? – Commercio do Amparo |
| – Diário do Amparo | – Gazeta das Moças |
| | – Gazeta do Amparo |

4 – Dimensões dos periódicos

Não são feitas indicações quanto ao tamanho dos periódicos nem das manchas tipográficas. O título **Miniatura** estaria vinculado ao tamanho ?

5 – Número de páginas

Omitidos estão esses registros.

6 – Número de colunas

Não constam informações.

7 – Ilustração

Não há referência a veículos ilustrados.

8 – Periodicidade

a) Diária

Correio Amparense (1886) – diário, a partir de out/1890; Diário do Amparo (1881); Diário do Amparo (1893)

b) Semanal

Epocha (1879);
Gazeta do Amparo (1886) – domingo;
Miniatura (1895) – 5^{as} feiras

c) Quinzenal

Progresso (1890)

d) **Não declarada**

Amparense (1881); Amparense (1896); Beja-flor (1894); Cidade do Amparo (1891); Comércio do Amparo (ano ?); Correio Amparense (1886) – não declarada, até out./1890; Correio do Amparo (1894); Gazeta das Moças; (ano ?); Gazeta do Amparo (1886); Gazeta do Amparo (ano ?); Jardim (1889); Lírio (1895); Papagaio (1895); Porvir (1885); Revista (1896); Sétimo Districto (1889); Tribuna Amparense (1872).

9 – **Preferências editoriais**

Saída aos domingos – Gazeta do Amparo (1886)

Saída às 5^{as} feiras – Miniaturas (1895)

S/ indicação – todos os outros

10 – **Temporalidade dos periódicos**

a) **Até 1 ano**

Gazeta do Amparo (1886) – 6 meses; Sétimo Districto (1889) – 5 meses

b) **Até 5 anos**

Gazeta do Amparo (1886-1889) – 1^a fase: 2,5 anos; 2^a fase (?)

c) **Até 10 anos**

Correio Amparense (1886-1894) – 8 anos

d) **Indicação imprecisa**

Amparense (1881) – “durou pouco tempo”; Diário do Amparo (1881) – saíram poucos números”; Jardim (1889) – “saíram poucos números”

e) **Sem possibilidade de fixação**

Amparense (1896); Beja-flor (1894); Cidade do Amparo (1891); Comércio do Amparo (anos ?); Correio do Amparo (1894); Diário do Amparo (1893); Epoque (1879); Gazeta das Moças (anos ?); Gazeta do Amparo (anos ?); Lírio (1895); Miniatura (1895); Papagaio (1895); Porvir (1885); Progresso (1890); Revista (1896); Tribuna Amparense (1872).

11 – **Natureza dos Periódicos**

Respeitado o registro e, quando fosse o caso, inferido

a) **Noticiosos**

– segundo o registro – Miniatura (1895)

– certamente o foram – Amparense (1881); Amparense (1896); Cidade do Amparo (1891); Comércio do Amparo (ano ?); Correio

Amparense (1886); Correio do Amparo (1894); Diário do Amparo (1881); Diário do Amparo (1893); Epoque (1897); Gazeta do Amparo (1886) Gazeta do Amparo (1886); Gazeta do Amparo (anos ?); Porvir (1885); Progresso (1890); Sétimo Districto (1889); Tribuna Amparense (1872).

b) Literários

- segundo o registro – Beija-flor (1894); Jardim (1889); Miniatura (1895); Progresso (1890)
- poderiam sê-lo – Lirio (1895); Revista (1896)

c) Humorísticos

- segundo o registro – Beja-flor (1894)
- poderia sê-lo – Papagaio (1895)

d) Republicanos

Cidade do Amparo (1891); Correio do Amparo (1894); Diarrio do Amparo (1893); Epoque (1879)

e) Populares (sic)

Diário do Amaparo (1893)

f) Imparciais

Setimo Districto (1889)

g) Interesses do município

Gazeta do Amparo (1886)

12 – Público visao

a) Todos os públicos

Amparense (1881); Amparense (1896); Cidade do Amparo (1891); Comercio do Amparo (anos ?); Correio do Amparense (1886); Correio do Amparo (1894); Diarrio do Amparo (1881); Diarrio do Amparo (1893); Epoque (1879); Gazeta do Amparo (1886); Gazeta dc Amparo (1886); Gazeta do Amparo (anos ?); Papagaio (1895); Porvir (1885); Progresso (1890); Revista (1896); Setimo Districto (1889); Tribuna Amparense (1872).

b) Público erudito

- segundo o registro – Beija-flor (1894); Jardim (1889); Miniatura (1895); Progresso (1890)
- poderiam sê-lo – Lirio (1895); Revista (1896)

c) Femino

- segundo o registro – Beija-flor (1894); Gazeta das Moças (anos ?)
- poderiam sê-lo – Jardim (1889); Lirio (1895); Miniatura (1895)

13 – Produção

Não é indicado o tipo do estabelecimento que produz o periódico. Crê-se que boa parte deles fossem compostos e rodados em gráficas próprias de composição manual e impressora pequenas.

Indescartável a possibilidade da existência de gráficas desvinculadas de periódicos, aliás fato significativo para a avaliação cultural do município.

14 – Local de Impressão

Não é declarada, exceto em um dos casos. De supor que o fossem no município. Impresso fora do município: **Epocha** (1879); em Campinas.

15 – Propriedade

a) Pessoa Física

Amparense (1881); Amparense (1896); Comercio de Amparo (anos ?); Gazeta do Amparo (1886); Gazeta do Amparo (anos ?); Setimo Districto (1889); Tribuna Amparense (1872).

b) Pessoa Jurídica

Beija-flor (1894) – Sociedade Cinco de Março; Cidade do Amparo (1891) – uma Associação

c) Não declarada

Correio Amparense (1886); Correio do Amparo (1894); Diário do Amparo (1881); Diario do Amparo (1893); Epocha (1879); Gazeta das Moças (anos ?); Gazeta do Amparo (1889); Jardim (1889); Lirio (1895); Miniaturua (1895); Papagaio (1895); Porvir (1885); Progresso (1890); Revista (1896).

16 – Venda

Não são indicadas formas de vendas em pontos fixos ou por ambulantes em logradouros ou em casas comerciais.

17 – Distribuição

Igualmente não é feito registro quanto à entrega a usuários ou locais de venda.

18 – Assinatura

Não se indica, bem que fosse elemento que muito mais conta-va na sustentação das folhas, que a venda avulsa.

19 – Efemérides

janeiro

1,1895 – Reaparecimento da **Gazeta de Amparo** (que se encarrara em 10/1/1889)

- 3,1886 – Aparecimento da primeira **Gazeta de Amparo**
 10,1889 – Suspensão da primeira grande **Gazeta de Amparo** (a de 18/
 7/1886)

fevereiro

- 28, 1895 – Publicação de nº 1 de **Miniatura**

abril

- 2, 1889 – Surgimento do **Setimo Districto**
 10, 1891 – Publicação do número 1 da **Cidade de Amparo**

junho

- ?, 1894 – Aparecimento (?) do **Correio do Amparo**
 ?, 1895 – Nascimento do **Lirio**

julho

- 18, 1886 – Publicação do nº 1 da **Gazeta de Amparo**
 ?, 1894 – Encerramento do **Correio Amparense**
 ?, 1894 – Aparecimento (?) do **Correio do Amparo**

agosto

- 8, 1886 – Publicação do 1º número do **Correio do Amparo**
 ? 1886 – Aparecimento da **Revista**

outubro

- 5, 1879 – Publicação do nº 1, da **Epocha**
 ?, 1895 – 1º número do **Papagaio**

20 – Dicionarização bio-hemerográfica

Amorim, José Rebelo de – Red. da **Tribuna Amparense** (1872), primeiro jornal da cidade de Amparo. Prop. do **Comercio de Amparo** (anos ?), que passou à propriedade de Benedito Estêvão dos Santos. Publicou em 1881, o **Diário do Amparo**, de que saíram poucos números. Prop. da **Gazeta do Amparo**, sucessora da **Tribuna Amparense**, de 1872.

Bittencourt, Antônio Augusto – Redigiu, com Antônio Muniz de Souza, Francisco de Assis Peixoto Gomide e Bernanrdino de Campos, a **Epocha**, de propaganda republicana, impressa em Campinas e iniciada em 5/10/1879.

Campos, Bernardino – Redigiu, com os Drs. Antônio Augusto Bittencourt, Antônio Muniz de Souza e Francisco de Assis Peixoto Gomide, o seminário amparense impresso em Campinas e iniciado a 5 de outubro de 1879, **Epocha**.

Carvalho, João Manuel, Pe – Red., a partir de outubro de 1890, do **Correio Amparense**, de 1886, que, então, passou a diário.

Correia Junior, Antônio Pinto — Publicou o **Correio Amparense**, de 8 de agosto de 1886 a julho de 1894. Dir. do **Correio do Amparo** (ano ?) republicano, fusão do **Correio Amparense** e **Diário do Amparo**.

Ferreira, Carlos — Publicou e redigiu em 1893, o **Diário do Amparo**, que passou a ser republicano, com Rafael Galvão Prestes.

Godói, Jorge Pires de — Prop. e red. da **Gazeta de Amparo** (18/7/1886 -10/1/1889), reaparecida a 1 de janeiro de 1895, sob mesma redação. Redigiu, de abril a setembro de 1889, o **Setimo Districto**, de propriedade de José Militão de Siqueira.

Gomide, Francisco de Assis Peixoto — Redigiu, com os Drs. Antônio Augusto Bittencourt, Antônio Muniz de Souza e Bernardino de Campos, o **Semanário republicano amparense**, impresso em Campinas e iniciado a 5 de outubro de 1879, **Epocha**.

Louzada, José Ferreira — Dir. da folha literária e noticiosa, **Miniatura**, aparecida a 28 de fevereiro de 1895, cujos redatores, até dezembro desse ano, foram Joaquim de Toledo e João Lourenço Rodrigues. Dir. do **Amparense**, de 1896.

Marques, Laurindo — Publicou, com Bento Antônio da Silva, o literário **Jardim**, de 1889, de que saíram poucos números.

Mota, Candido — Redigiu, com Joaquim de Toledo, Dr. João Nepomuceno Nogueira da Mota, Dr. José Leite de Sousa e outros, a **Cidade de Amparo**, republicano, órgão de associação, iniciado a 10 de abril de 1891.

Mota, João Nepomuceno Nogueira da — Redigiu, com Joaquim de Toledo, Dr. João Leite de Sousa, Dr. Cândido Mota e outros, a **Cidade de Amparo**, republicano, órgão de associação, iniciado a 10 de abril de 1891.

Pimenta, Elias — Prop. e red. do **Amparense**, de 1881, que durou pouco tempo.

Prestes, Rafael Galvão — Assumiu a redação do **Diário do Amparo**, em substituição e Carlos Ferreira, orientando-se na linha republicana.

Rodrigues, João Lourenço — Redigiu, até dezembro de 1895, com Joaquim de Toledo, **Miniatura**, folha noticiosa e literária, dirigida por José Ferreira Louzada e iniciada a 28 de fevereiro de 1895.

Santos, Benedito Estêvão dos — Prop., depois de José Rebelo de Amorim, do **Comercio do Amparo**.

Silva, Bento Antônio da — Publicou, com Laurindo Marques, folha literária **Jardim**, de 1889, de que saíram poucos números. Publicou a folha literária quinzenal **Progresso**, de 1890.

Siqueira, José Militão de — Prop. do **Setimo Districto**, de 1889, redigido, de abril a setembro, por Jorge Pires de Godói.

Sousa, Antônio Muniz de — Redigiu, com os Drs. Antônio Augusto Bittencourt, Francisco de Assis Peixoto Gomide e Bernardino de Campos, a **Epocha**, republicana, impressa em Campinas e iniciada a 5 de outubro de 1879.

Sousa, José Augusto do Amaral — Publicou, iniciada em janeiro de 1886, a **Gazeta de Amparo** que durou 6 meses.

Sousa, José Leite de — Redigiu, com Joaquim de Toledo, Dr. João Nepomuceno Nogueira da Mota, Dr. Cândido Mota e outros, a **Cidade de Amparo**, republicano, órgão de associação, iniciado a 10 de abril de 1891.

Toledo, Joaquim de — Redigiu, com o Dr. João Nepomuceno Nogueira da Mota, Dr. José Leite de Sousa, Dr. Cândido Mota e outros, a **Cidade de Amparo**, republicano, órgão de associação, iniciado a 10 de abril de 1891. Red., até dezembro de 1895 com João Lourenço Rodrigues, da literária e noticiosa **Miniatura**, nascida em fevereiro, sob a direção de José Ferreira Louzada.

21 — Conclusões

Segundo Lafayette Toledo, Amparo, entre 1872 e 1896, 24 anos, viu circular, com três períodos em branco, 23 periódicos. Do tempo deduzido, 14, de comprovada atividade jornalística, o município quase atinge a média de dois periódicos por anos.

Entre 1873 e 1878, não se registra o aparecimento de nenhum novo, como não se sabe se a **Tribuna Amparense**, de 1872, nelas circulou.

Igualmente sem menção os anos de 1880 e 82 a 84.

Certo, que três órgãos de imprensa são arrolados sem data: **Commercio Amparense**, **Gazeta das Moças** e **Gazeta do Amparo**. Deste, se diria: uma nova? Pois há registro de duas **Gazetas de Amparo**: uma em janeiro de 1886 outra em julho seguinte, circulando até 89 e reaparecendo em 1895. Seria esta?

A maior ocorrência de circulação em um ano é de quatro periódicos — casos de 1889 e 1895.

Anos de um só veículo: 1872, 1879 e 1885.

Os periódicos — predominância de jornais, naturalmente têm curta duração, até onde se pode apoiar, pois este é sem o manuseio da fonte, dado difícil de apurar e, freqüentemente, omitido nas relações. Mais expressivo é o **Correio Amparense**, presente por oito anos, seguido

de uma das **Gazetas de Amparo** (há registro de duas, com segurança), com existência de 2,5 anos, recomeçando uma segunda fase, 6 anos depois.

Natureza é outro elemento quase totalmente ausente da listagem. Apenas um veículo se diz **noticioso**. Inferimos que muitos outros deveriam sê-lo.

Nosso trato com essa documentação faz-nos avançar na classificação, também, dos **literários** e dos **humorísticos**.

Interessante observar a tendência política. Nenhum se declara monarquista ou filiado aos partidos liberal ou conservador. 4 deles são **republicanos**, um bem longe; os outros, após a implantação do regime.

O quadro informa das outras características.

Daí partimos para o público atingido, onde também entrou dose de inferição, balizada no trato referido.

Como sejam mínimas as informações de datas, modesta ficou a relação de efemérides. Já, a pequena dicionarização bio-hemerográfica se lhe vantagem e pode, quicá ser útil para a imprensa de municípios, vizinhos ou não, pela mobilidade bastante constatada de jornalistas.

A propriedade era, geralmente, individual (7 casos), apenas dois jornais pertencendo a pessoa jurídica: uma Sociedade, indicada, a "Cinco de Março", e uma associação.

Registrem-se duas sucessões, nas folhas: o **Correio do Amparo**, de 1894, resulta da fusão do **Correio Amparense** (1886-1894) e **Diário do Amparo** (certamente, o de 1893 e não, o de 1881), e a **Tribuna Amparense** (1872), sendo continuada pela **Gazeta do Amparo** (infelizmente ignora-se o limite dessa passagem).

O outros intens examinados encerram as próprias conclusões.

PRIMEIRAS EDIÇÕES DAS OBRAS DE SILVA ALVARENGA

Rubens Borba de Moraes

É curioso notar como a bibliografia de nossos autores clássicos do período colonial ainda apresenta deficiências. A explicação talvez se encontre no pouco caso que nossos intelectuais dispensam à pesquisa bibliográfica. O bibliógrafo no Brasil é visto com o mesmo olhar superior e desdenhoso com que os cirurgiões transplantadores de órgãos vêem os cirurgiões-dentistas... até o momento em que sentem dor de dentes.

Um caso típico é o de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, cujas obras foram publicadas em fins do século XVIII e nos primeiros anos do seguinte. Na minha **Bibliografia Brasileira do Período Colonial** (São Paulo, IEB/USP, 1969), revelei, quase dois séculos depois de publicada, a existência desconhecida de uma edição da **Heroida Theseo a Ariadne**, a primeira. Todos os autores que trataram da obra de Silva Alvarenga afirmavam que esse poema tinha sido impresso pela primeira vez no **Parnaso Brasileiro** de Januário da Cunha Barbosa, no Rio de Janeiro, em 1829. Ora, a **Heroida** foi publicada, pela primeira vez, num folheto de sete páginas, sem folha de rosto, sem nome do autor, em Lisboa, na Régia Oficina Tipográfica, em 1774. Foi impressa, pela segunda vez, no terceiro tomo do **Almanak das Musas**, em 1793, e enfim no **Parnaso Brasileiro** (segundo caderno).

As duas primeiras edições de **Glaura** apresentam dúvidas até hoje. A primeira ficou desconhecida até fins do século passado. Inocêncio (vol. 6, p. 6) diz que foi publicada em 1798. Brito Aranha (vol. 16, p. 226) corrige a data para 1801; Sacramento Blake repete Inocêncio sem pestanejar. Joaquim Norberto de Souza e Silva publicou as **Obras Poéticas** de Silva Alvarenga (Rio, Garnier, 1864), precedidas de uma biografia (a melhor que se fizera até então), e uma bibliografia do autor. Estava ele tão convencido de que a primeira edição era a de 1801 que criticou Simonde de Sismondi por citar a edição de 1799: "Engana-se quando diz que as poesias eróticas foram publicadas em 1799; a única edição que se fez de **Glaura** foi em 1801". Essa confusão toda está hoje esclarecida. A primeira edição apareceu em Lisboa, na oficina Nunesiana, em 1799, em um volume de 248 páginas. Se não há dúvidas de que a edição de 1801 é a segunda, ainda há confusão e incertezas quanto à sua descrição.

Afonso Arinos de Melo Franco preparou uma edição de **Glaura** com a bibliografia do autor, uma bibliografia de suas obras e um interes-

sante juízo crítico. Foi publicada pelo Instituto Nacional do Livro, como vol. 16 de uma coleção, **Biblioteca Popular Brasileira**, que, infelizmente, não foi por diante. Na bibliografia corrige enganos de autores anteriores (inclusive a mancada de Joaquim Norberto), mas faz uma certa confusão ao descrever a segunda edição. Teve, porém, o mérito de notar pela primeira vez uma correção no texto: Diz: "A edição de 1801 parece ser reimpressão da de 1799, conforme se verifica da comparação entre elas, tendo sido mudada apenas a folha de rosto, com alteração da data, e na pág. 9, terceira estrofe, a palavra **pezares** que passou na edição mais nova a **prazeres** em corrigenda infeliz. Isto se terá dado com alguns exemplares, conservando outros a data primitiva". Diz, se o entendi bem, que a edição de 1801 é uma reimpressão da de 1799, com a alteração de uma palavra e nova página de rosto, mas que poderiam existir exemplares datados em 1799 com a correção dessa palavra.

Na minha **Bibliografia Brasileira do Período Colonial**, procurei dar uma bibliografia a mais completa que me foi possível fazer então e descrever minuciosamente as primeiras edições da obra de Silva Alvarenga. Para tanto, vali-me dos exemplares de minha coleção e consultei os poucos que me faltavam nas bibliotecas de Portugal. Tenho por esse autor especial interesse, não tanto pelo poeta, mas pelo "filósofo ilustrado" do século das luzes, o fundador da Sociedade Literária, o possuidor de notável biblioteca, cujo catálogo inédito publiquei e comentei em **Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial** (Rio, L. T. C., 1979). Pesquisando o caso da segunda edição de **Glaura**, comparando diversos exemplares, examinando a composição tipográfica, cheguei à conclusão de que a edição de 1801 é uma nova edição, e não uma reimpressão da primeira de 1799. O texto foi recomposto inteiramente e, fato importante, foi feita uma divisão do livro em duas partes. Aceitei na época a hipótese de Afonso Arinos que houvesse alguns exemplares datados de 1779 com a correção da palavra. Expliquei o fato: "É possível que existam exemplares encadernados com folhas de uma e outra edição, como acontecia frequentemente com livros impressos pelo mesmo tipógrafo, em datas muito próximas. É preciso lembrar que os livreiros até aquela época recebiam das tipografias os livros em folhas sem dobrar. À medida que iam precisando de exemplares para a venda, mandavam para a encadernação as folhas que formavam um volume. Acontecia que uma folha, por uma razão ou outra, extraviada ou enxovalhada, era substituída pelo livreiro por outra da mesma marcação, porém de outra edição. No caso de **Glaura**, a substituição era tanto mais fácil quanto a composição não variava de folha a folha e tinha sido feita com tipos da mesma família e corpo". Estava eu satisfeito com esse comentário, tanto que o publiquei na **Bibliografia** que mencionei. Tão satisfeito, aliás, que o resumi na minha **Bibliographia Brasiliana: Rare Books About Brazil**, editada pela Universidade da Califórnia, Los Angeles, e, Livraria Kosmos em 1983, 2 vols. Acontece

que adquiri posteriormente em Lisboa, por acaso, um belíssimo exemplar da segunda edição, de 1801, com as folhas por contar, em brochura. O exame desse exemplar leva-me a rever tudo quanto escrevi e publiquei.

A descrição e o comércio que faço agora são os seguintes: a colocação da edição de 1801 é igual à primeira de 1799 até a p. 127. Ao pé dessa p. vem a palavra **Fim**. Na p. seguinte (129) vem impressa no meio (como se fosse uma p. de meio título) o seguinte: **Glaura: Poemas Eróticos de hum americano. Segunda parte**. Na p. seguinte, numerada 128, o texto continua com o **Amor irado. Rondó XXXIV** e vai até a última p. numerada 248 e, ao pé, a palavra **Fim**. Todos os cadernos têm oito folhas, salvo o h, que tem nove, sendo a nona folha a que traz impresso o meio título que mencionei. É evidente que essa folha foi adicionada ao caderno com o propósito de dividir a obra em duas partes. Em alguns exemplares é visível a colagem da folha suplementar. Os franceses chamam essa folha adicionada ou suprimida de um caderno, de **carton**; os ingleses, de **cancel**.

Há outras diferenças entre a edição de 1799 e a de 1801; na p. 9, terceira estrofe, a palavra **pezares** impressa na primeira edição foi mudada para **prazeres**, na segunda, como notou Afonso Arinos. Não é, porém, a única diferença que existe. Há outras: na p. 13, no primeiro verso da segunda estrofe, a palavra **horizonte** (na primeira edição) saiu, na segunda, com a gralha **horizonie**. Na edição de 1799, na folha preliminar (a III) que contém o seguinte meio título **Glaura: Poemas Eróticos de hum americano**, este está impresso entre dois pares de filetes, um antes, outro depois. O traço superior é grosso, o de baixo é fino. Na edição de 1801, o traço grosso é muito mais espesso que na edição de 1799. Convém notar, enfim, que ambas as edições têm a mesma disposição do texto na página e foram compostas com tipos da mesma família e corpo. Entretanto, as páginas não apresentam o mesmo aspecto. Na edição de 1801 a composição dá impressão de ser mais composta e, em alguns exemplares, parece que os tipos levaram mais tinta ou tinta mais preta.

É possível que haja mais diferenças no texto entre uma e outra edição, pois não fiz um confronto da obra inteira. As diferenças apontadas parecem-me suficientes para provar que a edição de 1801 foi feita com uma nova composição do texto. Não é a edição de 1799 com nova página de rosto e algumas correções no texto. Trata-se de uma verdadeira segunda edição.

Como disse acima, o exemplar que adquiri (é possível, até provável, que existam outros) é da edição de 1801 com todas as características que notei, mas não tem a folha suplementar dividindo a obra em duas partes. O texto segue ininterruptamente, exatamente como na primeira edição. A p. 128, que está em branco nos exemplares comuns, está numerada 128 e contém, como na edição de 1799, o rondó XXXIV, **O amor irado**, que na edição de 1801 está na página erradamente numerada 128, quando deveria ser 130.

Tudo me leva a crer que esse exemplar datado de 1801, sem a folha suplementar dividindo a obra em duas partes, seria de uma primeira tiragem feita antes da divisão da obra. Não me parece despropositada a hipótese seguinte: a primeira edição de **Glaura** foi pequena, como acontece até hoje com primeiras edições de livros de poesia. A venda, entretanto, foi boa, e o editor resolveu publicar uma segunda edição. Assim foi feito com as correções que indiquei, mas, feita a tiragem, o editor, por razões impossíveis de se saber hoje (talvez por razões comerciais, podendo aumentar o preço da venda), resolveu dividir a obra em duas partes, ou dois volumes, como anunciou na **Gazeta de Lisboa** de setembro de 1801 (segundo suplemento): “Sairão à luz: Obras poéticas de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, natural do Rio de Janeiro, debaixo do título de **Glaura** ou Poemas eróticos de hum americano, não inferiores à **Marília de Dirceu** de Thomaz Antônio Gonzaga, 2 volumes: seu preço 480 rs. Vendem-se em Lisboa na loja da Gazeta; e em Coimbra no livreiro Manoel Pedro de Lacerda”.

A divisão em duas partes foi feita numa segunda tiragem, formando dois volumes ou partes. As edições de **Glaura** são portanto duas: a primeira em 1799, cuja tiragem podemos supor tenha sido pequena dada a raridade dos exemplares, cuja existência confundiu os bibliógrafos do século passado. A segunda edição saiu em 1801 e teve duas tiragens: a primeira com o texto seguido e a segunda tiragem com o mesmo texto, porém, com uma folha adicionada dividindo a obra em duas partes.

São essas as observações que posso fazer no momento sobre essas tão discutidas edições.

Mas não são somente as duas primeiras edições de **Glaura** que apresentam problemas bibliográficos.

O poema herói-cômico **O Desertor** teve duas edições. Uma delas impressa em Coimbra, na real oficina da Universidade, em 1774, e a outra sem indicação de lugar de publicação, sem ano e sem nome de tipografia. A página de rosto dessa edição traz o título impresso no meio da página: **O Desertor. Poema herói-cômico por Manoel Ignacio da Silva Alvarenga. Na Arcádia Ultramarina Alcindo Palmireno.** Somente essas palavras e nada mais. O texto do poema é igual ao da outra edição datada de 1774, com o **Discurso sobre o poema herói-cômico** abrindo o volume e dois sonetos no fim. A obra tem 66 páginas numeradas. O fato de o pequeno volume, na verdade um folheto, não trazer nenhuma das indicações usuais do lugar da publicação, nome da tipografia e data presta-se a dúvidas. Todos os que escreveram sobre a bibliografia de Silva Alvarenga, de Varnhagen a Afonso Arinos, cometeram enganos ao comentar essa edição. Quando teria sido impressa? Seria essa edição a primeira ou a segunda? Essas perguntas e outras mais ficaram até há pouco sem resposta.

Inocêncio diz que a considerava a segunda edição, mas sem dizer por quê.

Tentando estudar o caso, consultei muitos exemplares. Tive diversos até encontrar um em perfeito estado que conservo. Todos tinham 66p. salvo um, encadernado e em mau estado, que, em seguida à p. 66, tinha uma folha em branco.

Há poucos anos adquirei em Lisboa um exemplar com as 66 páginas, porém, com uma folha final no reto na qual há o seguinte título impresso no meio: **Mondegueira Poema Strambotico que ao senhor Alexandre Bernardo Rodrigues Poda Estrella Fixa da Rua das Fangas oferece Antonio Castanho Netto Rua.** Essa folha faz parte, incontestavelmente, da brochura, pois pertence ao caderno H, como de pode verificar no exemplar que adquirei e que falta nos demais exemplares comuns com 66 páginas. Esse fato prova que **O Desertor** foi publicado conjuntamente, no mesmo volume, com a **Mondegueira**.

Inocêncio revela-se que Antonio Castanho Netto Rua é o pseudônimo de Francisco Manoel Silveira Malhão, conhecido em seu tempo de estudante de Direito em Coimbra como Malhão Velho. Não dispondo de recursos para se manter, costumava mandar imprimir seus versos satíricos e vendê-los aos colegas e admiradores. Malhão Velho teve seu tempo de notoriedade. Teófilo Braga em seu livro **Filinto Elysio e os dissidentes da Arcádia (Porto, 1901, p. 469/70)**, trata do poeta. A **Mondegueira** foi publicada em 1788, dizem os autores.

Estavam, portanto, em parte respondidas as questões. Tinha razão Inocêncio quando dizia que considerava essa edição “por segunda”, e estava eu redondamente enganado quando escrevi que não sabia por que essa edição era tida como segunda.

Mas não sou eu o único a possuir um exemplar com a folha de título da **Mondegueira**. O professor Heitor Martins, notável pesquisador de nossa literatura colonial, possui outro, também adquirido em Lisboa e no mesmo conhecido livreiro-antiquário sr. Alfredo Cassuto. Em 1976 Heitor Martins publicou um artigo, cujo conhecimento tomei só há pouco, em que esclarece, como eu já fizera em parte, e em silêncio, os vários aspectos desta segunda edição de **O Desertor**. Esse precioso artigo aparece agora reunido com outros num livro que publicou em novembro de 1983: **Do Barroco a Guimarães Rosa (Belo Horizonte, 1983)**, páginas 67 a 73.

Com os mesmos dados chegamos às mesmas conclusões. Há um ponto, porém, que me parece digno de maiores pesquisas. É o fato de o livro ter aparecido sem a inevitável licença da Mesa Censória. O professor Heitor Martins acha que Malhão Velho, não tendo dinheiro para pagar os devidos emolumentos à censura, publicou a obra sem as licenças

necessárias. A explicação é razoável, mas, se Malhão Velho assim procedeu, incorreu em graves penas, além do risco de ter toda a edição confiscada. Heitor Martins acha que “as datas extremas (da publicação) devem ser 1777 e 1778, a primeira por ser o ano da chegada de Silva Alvarenga ao Brasil e a segunda porque, em 1789, o Malhão Velho abandonara Coimbra”.

A importância do estudo de Heitor Martins não está somente na solução de um problema bibliográfico, mas no fato de a segunda edição de **O Desertor** aparecer em contrafação por um estudante de Coimbra com outro poema heróico-cômico. Diz ele: “A importância ideológica desta segunda edição de **O Desertor** é maior que um mero expediente econômico de Malhão Velho. Saindo a público durante o período de desgraça do Marquês de Pombal, o poema indica a existência de um núcleo de resistência que não aderiu nem se rebaixou ao reacionarismo que toma conta de Portugal e do Brasil após a queda do grande ministro. Neste sentido, ela se localiza na mesma linha de **O Reino da Estupidez** (1782). A reedição de uma obra que fora, em sua época, aprovada pela censura... e que de certa maneira criticava o sistema que se reinstalava novamente na Universidade de Coimbra, não deve ser considerada levemente... O fato de **O Desertor** ainda encontrar leitores e provocar interesses — caso contrário, o Malhão Velho não se daria ao trabalho de publicá-lo — demonstra que há uma continuidade de espírito ‘progressista’ em Portugal e que alguns de seus melhores representantes são brasileiros. O ‘pombalismo’ de José Basílio da Gama e Silva Alvarenga mantém-se durante os anos de Francisco de Melo Franco e José Bonifácio de Andrada e Silva. Enquanto Gonzaga, Cláudio, Alvarenga Peixoto e outros conspiravam pela independência em Minas Gerais, em Portugal há o mesmo espírito vivendo nesta colônia brasileira que se forma à sombra clandestina do que sobrevive à **débaçle** do Marquês de Pombal...”

Esses argutos comentários de Heitor Martins mostram quanto é importante a pesquisa bibliográfica para poder-se avaliar com critério a repercussão de uma obra e o seu significado além do mérito literário.

Em bibliografia, porém, nada é definitivo. Não existe bibliografia absolutamente completa; estamos, como nas ciências, em astronomia, por exemplo, à mercê de novas descobertas. A diferença, entre outras, está no fato de que para descobrir novas estrelas, astros e galáxias é preciso muito dinheiro. A pesquisa bibliográfica fica mais baratinha. Talvez por isso seja menos sensacional e os bibliógrafos, como disse, sejam tidos em pouca conta.

A pesquisa bibliográfica não é uma ciência, é somente uma técnica útil para os estudiosos que a ela devem recorrer. Antigamente era arrolada junto com a Diplomática e a Sigilografia como ciências auxiliares da História. A bibliografia é simplesmente um instrumento de tra-

balho, uma ferramenta, uma gazua que facilita a abertura de portas para a visão e inteligência do passado. Muitos estudiosos brasileiros de hoje, porém, não se interessam por esse tipo de ferramenta. As que utilizam são teorias, os modelos, os moldes nos quais encaixam os acontecimentos históricos. Para o estudo do passado preferem utilizar uma teoria em voga que tudo explica ao seu modo, tudo resolve e, até, excomunga os adversários.

Estará morrendo a bibliografia no Brasil? Estaria ficando somente um **hobby** de bibliófilos? Para quem é útil hoje em dia? Para alguns eruditos somente? Espero que não.

(De Cultura, supl. de "O Estado de S. Paulo", 14/10/1984)

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Almeida, Gastão Thomaz de — *Imprensa do Interior: um estudo preliminar*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado/Arquivo Público do Estado, 1983. 60 p.

Ao apresentar este pequeno volume, informa Ernani Silva Bruno que a morte de Gastão Thomaz de Almeida impediu que ele desse prosseguimento a trabalho a que vinha se dedicando há longo tempo: a história da imprensa interiorana em São Paulo. Tarefa nada fácil, como o próprio autor o confessa: “Praticamente tudo está para ser estudado sobre o assunto. Trabalhos esparsos, locais e regionais, existem alguns, mas poucos, o que impede uma visão e uma análise gerais do que foi, do que é e do que se espera do jornalismo voltado para as suas cidades e regiões”. O que se configura no presente volume é apenas um “estudo preliminar”, como que uma prévia do que o autor pretendia elaborar, mas não chegou a fazer. Será, sem dúvida, um ponto de partida para que outros prossigam na tarefa. Realmente é um estudo necessário. O primeiro jornal no interior de São Paulo surgiu em Sorocaba, em 27 de maio de 1842. Portanto, a história da imprensa interiorana abrange um período de mais de cento e vinte anos. Imprensa ativa e participante de todos os movimentos sociais e políticos que nesse lapso de tempo ocorreram no Estado e no País. Jornais que fizeram a campanha abolicionista, a propaganda republicana e, proclamado o novo regime, terçaram armas nas campanhas eleitorais. E não ficaram indiferentes aos movimentos operários que marcaram de maneira bem acentuada a vida paulista deste século. Lembremo-nos de que, de certa feita, o saudoso Professor Reynaldo Carneiro Pessoa elaborou um elenco de jornais republicanos aparecidos no interior de São Paulo na época da propaganda, ou seja de 1870 a 1889. E ele próprio se surpreendeu com o número elevado que conseguiu arrolar, e tendo, naturalmente, a certeza de que seu levantamento estava longe de completo. O mais antigo jornal do interior, ainda em circulação, é a **Tribuna do Norte**, de Pindamonhangaba, que já completou seu centenário. Outros que dele se aproximam são a **Tribuna do Povo**, de Araras e a **Tribuna Popular**, de Itapetininga. É significativo que se chamem **Tribuna**. O nome já traduz seu espírito. Enfim, o “estudo preliminar” do saudoso jornalista é um convite à tarefa de rebuscar arquivos e coleções de jornais, para perscrutar-lhes o sentido, a natureza, o espírito, o papel em suma que representaram nas cidades onde surgiram. ONM (Cortesia dos editores).

Anderson, Perry — *Linhagens do Estado Absolutista*. Trad. de João Roberto Martins Filho. São Paulo, Brasiliense, 1985. 548 p.

“Neste estudo marxista do absolutismo, o autor apresenta uma singular análise da natureza e desenvolvimento do Estado absolutista. O historiador inglês não só foge às limitações da historiografia oficial, no que diz respeito à demarcação cronológica e geográfica, como também supera as tendências mais comuns da literatura marxista, ora excessivamente generalizantes, ora específicas em demasia. Assim, o autor examina simultaneamente as estruturas globais que constituem o Estado absolutista e também as variantes particulares representadas pelas diferentes monarquias da Europa pós-medieval. Uma obra fundamental para a compreensão do primeiro sistema internacional de Estado no mundo moderno” (Da apresentação da Editora, a quem agradecemos a gentileza da oferta).

Bandecchi, Brasil — *História e ficção na poesia e no romance*. São Paulo, Pannartz, 1985.

Bem andou o saudoso historiador e acadêmico Brasil Bandecchi reunindo diversas páginas esparsas por publicações periódicas, para formar o que veio a ser seu último livro. Consta de cinco estudos isolados: “Mário de Andrade e a fala brasileira”, “História do Brasil na poesia”, “Faculdade de Direito, poesia e história”, “Romance como fonte de história” e “Romance urbano do interior”. Este último é um ensaio sobre o escritor francano Antônio Constantino (1898 — 1963). Nestes cinco estudos, que adquiriram, agora, o caráter de permanência que só o livro pode dar, Brasil Bandecchi revelou-se não apenas o pesquisador familiarizado com os eventos históricos, mas, igualmente, o freqüentador assíduo da literatura de ficção. Sob este aspecto, o capítulo mais importante do livro, sem menosprezo para com os demais, “Romance como fonte da História”. Cuida de romances da escravidão: “A Escrava Isaura”, “O Mulato”, “A Marcha”, “Mocidade de Trajano” e “A Família Medeiros”, respectivamente de Bernardo Guimarães, Aluísio de Azevedo, Afonso Schmidt, Visconde de Taunay e Júlia Lopes de Almeida. Passa, depois, para os romances ligados ao povoamento do oeste paulista, à imigração e ao café: “Chão Bruto” e “Filhos do destino”, de Hernani Donato; a trilogia (“Clarão na serra”, “Grotão do café amarelo” e “A porteira bateu”) de Francisco Marins; “O estrangeiro”, de Plínio Salgado; “Capa Preta” e “Espigão da Samambaia”, de Leão Machado; e encerrando esse precioso capítulo, uma evocação final de São Paulo (cidade) no início deste século, através de “Madame Pommery”, de Hilário Tácito, pseudônimo de José Maria de Toledo Malta. ONM (Cortesia do autor).

Campanhole, Adriano — História da Fundação de Assis. São Paulo, 1985. 194 p.

Deste volume, disse Vinício Stein Campos numa das orelhas da capa: “Limitando-se ao período correspondente à ‘conquista do solo’ e ao ‘ato maior da fundação do povoado’, o trabalho se desdobra em seis largos capítulos, nos quais alinha importante documentação sobre o grande quadro histórico que se propõe recompor, a saber: Francisco de Assis Nogueira, sua vida e obra, desbordamento mineiro-paulista pelos sertões do oeste, o conflito entre indígenas e colonos, a genealogia da família Assis Nogueira, a presença do mesmo em Caconde, a Guarda Nacional desta cidade e as revelações de seus registros, as doações patrimoniais de 1880 e 1905, Assis em 1925, 1936 e 1984, o pioneiro José Teodoro de Souza, os registros paroquiais e por fim a colonização da Alta Sorocabana, o café e os imigrantes, notadamente o italiano, presença decisiva para as transformações sócio-econômicas do Estado neste último século. Campanhole enriquece a sua obra com a transcrição integral dos documentos que logrou levantar nessa paciente e brilhante pesquisa. Ao concluir sua obra, num epílogo comovente, deixa falar eloqüentemente seu coração de paulista e brasileiro exaltando a epopéia da realização do Brasil, edificante desfecho de uma publicação histórica que sobremodo opulenta a nossa bibliografia do passado municipal de São Paulo”. Registre-se que ao autor a bibliografia paulista já deve um alentado histórico da cidade de Caconde, publicado em 1980. (Cortesia do autor).

Fausto, Boris — Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880 — 1924). São Paulo, Brasiliense, 1984. 294 p.

“O que se retrata nesse livro é um período de mudanças profundas para o Brasil. Foi nessa fase que se sentiram as conseqüências da abolição da escravidão, da imigração estrangeira, do nascimento das fábricas e do surgimento da massa operária especialmente numa pequena cidade de pouco mais de 35.000 habitantes: São Paulo. Ela se transformaria, em quarenta anos, no segundo centro urbano do país, em tamanho e importância econômica. O autor examina o fenômeno da criminalidade nessa fase, pensando o contexto de mudanças sociais da cidade. Sua preocupação não se limita à criminalidade envolvendo aqueles que estão à margem dessas mudanças, mas tenta compreender também o código de ética social da época, a ideologia que move a sociedade para a condenação ou absolvição dos homicidas, prostitutas e criminosos sexuais. **Crime e cotidiano** assume importância particular nos dias de hoje, para a compreensão de

uma realidade semelhante àquela do começo do século e que voltamos a presenciar”. (Nota da Editora) De nossa parte, acrescentemos, sobre o autor, que, depois de sua formação jurídica e histórica, inclinou-se ele para a história social, assunto de seu livro **Trabalho urbano e conflito social** (Difel, 1975). Antes, em 1969, publicara **A revolução de 1930** (Brasiliense), “tentativa crítica das interpretações históricas do episódio revolucionário”, seguido de valiosa bibliografia sobre o movimento. Posteriormente, coube-lhe prosseguir a grande **História Geral da Civilização Brasileira** (Difel), iniciada por Sérgio Buarque de Holanda, e por Boris Fausto dirigida dos volumes 8 a 11, completando, assim, a grande obra. Nestes últimos volumes, são de sua autoria os capítulos “Expansão do café e política cafeeira” (vol. 8) e “A crise dos anos vinte e a revolução de 30” (vol. 9). ONM (Cortesia da editora).

Franco, J. Nascimento – O Direito no banco dos réus e outros temas. São Paulo, Parma, 1985. 136 p.

Apresentando o autor e o livro, escreveu o saudoso historiador e acadêmico Brasil Bandecchi na contracapa deste volume: “João Nascimento Franco nasceu na cidade de Franca, Estado de São Paulo, onde iniciou-se na imprensa, trabalhando no **Comércio da Franca** e realizou parte do seu curso de humanidades, terminado em São Paulo. Aqui, na Capital, diplomou-se em Direito pela tradicional Faculdade do Largo de São Francisco. Sua indiscutível dedicação às letras jurídicas e seu espírito aguerrido o tornam um dos advogados notáveis de São Paulo, com repercussão nacional. Conselheiro do Instituto e da Ordem dos Advogados, desempenhou estes cargos com independência e altivez, não os considerando simples honrarias mas realmente encargos. Fez parte de banca examinadora constituída pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em concurso para ingresso na magistratura, bem como de inúmeras comissões organizadoras de congressos e concentrações de advogados, realizadas em São Paulo e em outros estados. Com a colaboração de Niske Gondo, escreveu obras jurídicas, com diversas tiragens, publicadas pela Editora Revista dos Tribunais. Tem colaborado nos mais importantes órgãos da imprensa paulista. **O Direito no banco dos réus** começa com o trabalho que lhe dá o título, polêmico e justo, onde suas palavras soam mais como uma advertência do que como uma recriminação, e termina com o famoso caso do epitáfio de Francisco Franco de Sousa, o Chico Sombração, que mereceu registro especial nas memórias **A Casa de Bragança**, de autoria do mestre Ernesto Leme. É um livro que deve ser lido e meditado não só pelos que se interessam pelas letras jurídicas ou coisas do direito mas também pelos que se interessam pelas coisas de nossa terra”. (Cortesia do autor).

Oliveira, José Teixeira de — História do café no Brasil e no mundo. Pref. Theophilo de Andrade. Rio de Janeiro, Kosmos, 1984. 440p.

Poder-se-á perguntar se, depois dos quinze volumes de Afonso de Taunay, ainda há o que escrever sobre o café. E a resposta tem que ser pela afirmática: há. Prova-o livro aqui registrado, de José Teixeira de Oliveira, a quem já deve a historiografia brasileira um utilíssimo **Dicionário brasileiro de datas históricas**, uma bem elaborada **História do Espírito Santos** (da qual nos ocupamos quando de seu aparecimento) e uma interessantíssima **Vida maravilhosa e burlesca do café**, que serviu de base para o presente volume. Porém, saiu este de tal maneira ampliado que, embora contenha também a vida “maravilhosa e burlesca” do café, é, na realidade, um livro novo, a justificar plenamente o título que lhe foi dado. Mestre Taunay elaborou sobre o café um livro-fonte, reunindo precioso documentário. Livro prolixo, desordenado, sem espírito crítico, mas indispensável por reunir informações que dificilmente encontraríamos em outro local. Dele já tratamos demoradamente em nosso livro sobre o grande historiador, publicado ao ensejo de seu centenário, em 1976. Mas, o livro de Taunay é para ser “consultado” e não “lido”. Já Teixeira de Oliveira, sem desprezar o embasamento documental, imprescindível em qualquer obra histórica, produziu um livro para ser consultado e lido. Percebeu-o bem o prefaciador: “José Teixeira de Oliveira estudou-o a fundo (o café), dando-nos um testemunho completo da aventura por ele vivida, nestes dois séculos e meio. É um depoimento que interessa à geração atual, como deverá interessar às gerações futuras.” Mais de um terço do volume é dedicado ao café “no mundo”; outros dois terços, ao café “no Brasil”. Num e noutro, o autor soube dar ao seu trabalho um sentimento profundamente humano, não se prendendo aos dados estatísticos. Usa-os quando precisa, é claro, mas, — o que valoriza ainda mais o livro —, soube dar grande destaque à parte social da história do café. ONM (Cortesia do autor).

Reale, Miguel — Figuras da inteligência brasileira. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro/Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 1984. 125 p.

“São realmente exponenciais e altamente representativas da cultura nacional as oito figuras da inteligência brasileira reunidas neste volume”, observa pertinentemente, na “orelha” da capa, Evaristo de Moraes Filho. Bem andou, de fato, o autor reunindo em livro páginas dispersas ou discursos e conferências em que trata, com a mestria que lhe é própria, de Rui Barbosa, Pimenta Bueno, Pontes

de Miranda, Fernando de Azevedo, Cândido Mota Filho, Gilberto Freyre e Teixeira de Freitas. Três são discursos acadêmicos, proferidos nas Academias Brasileira e Paulista de Letras, nas quais o autor sucedeu a Fernando de Azevedo e a Cândido Mota Filho, respectivamente, e na primeira ainda recebeu a Pontes de Miranda. Rui Barbosa resultou de conferência proferida na capital baiana; a página sobre Menotti Del Picchia constitui a saudação que lhe dirigiu em sessão especial da Academia Paulista de Letras, comemorativa do nonagésimo aniversário do poeta; o capítulo sobre Teixeira de Freitas foi elaborado para um Congresso Internacional de Direito. Quanto aos capítulos sobre Pimenta Bueno e Gilberto Freyre, não há indicação de suas origens. Pimenta Bueno é um dos “santos da devoção” do Professor Reale, que sobre o grande constitucionalista do Império escreveu algumas de suas melhores páginas. E quanto ao mestre de Apipucos, poucas páginas temos lido de mais compreensão em torno de sua obra. Talvez nenhuma abordando sua “vocaçào filosófica”. Enfim, as “Figuras de Reale” (como as denomina Evaristo de Moraes Filho) transcendem de muito dos objetivos circunstanciais que levou o autor a tratar delas, e tornam este pequeno livro significativa contribuição à história do pensamento brasileiro. ONM

Retamozo, Aldira Correa (et alii) – O papel da mulher na Revolução Farroupilha. Porto Alegre, Tchê ! /Casa Masson, s.d. (1985). 202 p.

Importante firma comercial de Porto Alegre – Casa Masson – teve a feliz iniciativa de patrocinar concurso sobre “O papel da mulher na Revolução Farroupilha”, contribuindo, dessa forma, não só para o sesquicentenário do glorioso movimento, mas para o próprio desenvolvimento e preservação da história e cultura gaúcha. Trinta e três trabalhos foram apresentados ao concurso, dos quais a comissão julgadora escolheu os cinco que, publicados, vieram a constituir o presente volume, cuja publicação também foi patrocinada pela firma mencionada, em coedição com Tchê ! Comunicações Ltda. Os cinco trabalhos intitulam-se: Heroínas da resistência gaúcha (Niamara Pessoa Ribeiro), A mulher na Revolução Farroupilha (Maria Dutra da Silveira), A mulher no período farroupilha (Hilda Agnes Hübner Flores), A mulher e sociedade à época farroupilha (Rosa Frigeri e Francisco Ricardo Rüdiger) e Mulheres de 35 (Aldira Corrêa Retamozo). A destacar-se, no trabalho de Hilda Flores o capítulo relativo a algumas figuras da intelectualidade feminina da época, entre elas, Nísia Floresta, que não era gaúcha (era do Rio Grande do Norte), mas viveu alguns anos no Rio Grande do Sul. Foi ela, poder-se-á dizer, a precursora do feminismo no Brasil. Dessa simpática e curiosa figura já nos ocupamos no ano passado a propósi-

to do centenário de seu falecimento. Aplausos pela publicação do oportuníssimo livro e aplausos, sobretudo, a firma que tornou possível sua realização. ONM (Cortesia da Casa Masson, de Porto Alegre).

* •

PERIÓDICOS

Anais da VII Reunião de Positivistas. Vitória, 1984. **Conteúdo:** O positivismo no Espírito Santo (Ruyter Demaria Boiteux); Irrigação, sangue da agricultura (Clovís Nery); Centenário de Diderot (Luís Carlos Corrêa da Costa); A paz, imperativo humano, nunca temor atômico (Alfredo de Moraes Filho); Anchieta e Rondom (Henrique Batista da Silva Oliveira); Críticas ao positivismo no Brasil: levantamento preliminar e tentativa de montagem de um programa de diálogo (David Carneiro, Jr.); O papel da mulher na sociedade moderna (Ovídio G. da Cunha); Análise positiva da "Interpretação psicológica do dogma da Trindade" de Jung (Paulo de Tarso Monte Serrat); Poesias diversas sobre o positivismo e seus vultos (Yéruza Demaria Boiteux); Alguns aspectos do tema proposto para a VII reunião (Ruyter Demaria Boiteux); França, prócer da independência paraguaia; O milagre e a conciliação (?) entre a ciência e a religião (Ruben Descartes de Garcia Paula); Homenagem póstuma à Yéruza Boiteux (Nancy Boiteux). Noticiário. (Cortesia de Yan Demaria Boiteux).

Estudos Ibero-Americanos. Pont. Univ. Cat. Rio Grande do Sul. Vol. XI, nºs 1 e 2, 1985. **Conteúdo:** Cluny e a feudo-clericalização de Castela (Hilário Franco Júnior); O processo histórico platino no século XVII: da aldeia guarani ao povoado missionário (Arno Alvarez Kern); Larra y su visión del periodismo en España (Leonard T. Perry); La imágen de Brasil en Bohemia de los siglos XVI-XIX (Oldrich Kaspar); Cultura política do Rio Grande do Sul (Ayda Connia de Souza); Exilados espanhóis em busca de um rei constitucional (Braz Brancato); Lo grotesco em Galdós: recursos para la sátira política de los últimos episodios (Luis Lorenzo-Rivero); Lo grotesco recurso para la sátira política en Doña Perfecta (Luis Lorenzo-Rivero); A pintura modernista no Rio Grande do Sul: tradição e inovação (Maria Lúcia Bastos Kern); A Espanha e a implantação da república no Brasil: reações entre os políticos espanhóis (Sandra L. Brancato); D. Pedro na Europa: uma nova esperança para os espanhóis peninsulares (Braz Brancato); A Casa dos Expostos (Moacyr Flores); A companhia presidencial de Armando de Sales e o golpe de 37 no Brasil: um estudo de caso de transição para o autoritarismo (Eduardo R. Gomes); O sentido das formas em Jorge de Lima (Gilberto Mendonça Teles). Índice de todos os volumes até agora publicados.

Revista Brasileira de Estudos Políticos. Univ. Fed. Minas Gerais. jan/jul 1985. Nº 60/61, especial sobre temas constitucionais. **Conteúdo:** Como deverá ser a nova constituição (Miguel Reale); Teoria geral das constituições escritas (José Alfredo de Oliveira Baracho); Os dilemas da sociedade industrial: participação, desempenho e legitimação (José Eduardo Faria); Nova perspectiva do processo constitucional (Manoel Gonçalves Ferreira Filho); A federação na nova constituição do Brasil (Oswaldo Trigueiro); As futuras bases da descentralização (Celso Bastos); A regionalização política do Brasil e a Nova República (Paulo Bonavides); As regiões metropolitanas na Constituição (Eros Roberto Grau); Constituição e poder de fiscalização e controle (Josaphat Marinho); O Direito Econômico no discurso constitucional (Washington Peluso Albino de Souza);

Reflexões sobre a discriminação de rendas na futura constituição (Celso Cordeiro Machado); O Direito do Trabalho nas constituições (Isis de Almeida); Direito Constitucional do trabalho (Antônio Álvares da Silva). Os trabalhadores, os sindicatos e a Nova Ordem Constitucional (Carlos Alberto Menezes Direito); Democratização e segurança (Fábio Konder Comparato); Democracia e informação (Alberto Venâncio Filho); O novo sistema tributário (Sacha Calmon Navarro Coelho); Tribunais constitucionais e jurisdição constitucional (José Afonso da Silva); Serviços de informação e polícia (José A. Hahn). (Cortesia da UFMG).

Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Publicação da Univ. Fed. do Rio Grande Sul. Volumes 11/12 e 13, 1983/1985. **Conteúdo.** Vol. 11/12. Corpo/Espírito, uma distinção que Descartes não estabelece (Ana Carolina Regner); A operação da antecipação e a consistência dos enunciados ser e tempo, ou existe a boa circularidade ? (Ernildo Stein); A polêmica entre Érico Veríssimo e o Pe. Leonardo Fritzen, SJ (Fernando Casses Trindade); O nome da Rosa: introdução ao estudo da Idade Média (Luís A. De Boni); O método fenomenológico husserliano (Maria Ozomar Ramos Squeff); No limiar do impossível (Muriel Maia); Ato de fala: sobre o uso de algumas distinções (Rejane Carrion); A experiência, momento de aparição e constituição do sujeito não sujeitoado (José Luís Caon); Outra vez sobre o mesmo (Paulo Roberto Ferrari Mosca); Assis Brasil: um liberal em três momentos (Adir Luiz Ferreira); Variáveis para a definição e a caracterização das tradições pré-cerâmicas Humaitá e Umbu (Arno Alvarez Kern); Teorias do desenvolvimento: uma nova abordagem da teoria da dependência (Eduardo C. Skaletsky e Ana Lúcia de Santa Cruz Oliveira); Questões na questão do comércio de escravos africanos para o Brasil depois de 1830 (Luís Henrique Dias Tavares); A construção de uma nova ordem jurídica: o governo de Júlio de Castilhos (Maria Inês Sucupira Stammato); Alguns problemas do ensino das disciplinas teórico-instrumentais nos cursos de graduação em História (Sílvia Regina Ferraz Petersen); A concorrência anglo-germânica no comércio exterior gaúcho na República Velha (Susana Bleil de Souza); Santa Casa de Misericórdia: legado social português em nosso Estado (Vera Regina de Aquino Cohen); O trabalho da mulher na pequena produção agrícola (Anita Brumer e Nádia Maria Schuch Freire); O cinismo e a utopia: o totalitarismo e as sociedades pós-capitalistas (Antônio Cláudio Nuñez); O estado autoritário: algumas questões sobre a legitimação (Ayda Connia de Souza); Brasil: do anarquismo ao comunismo, 1906-1922 (Eduardo Carrion); Participação política convencional e não-convencional nas eleições de 1982 em Porto Alegre (Marcello Baquero); Participação sindical feminina (Maria Noemi Castilhos Brito); Desenvolvimento tecnológico na agricultura (Maria Odete Lino da Silva); Observações sobre a formação da inferência, as condições da objetividade e a neutralidade científica em Max Weber (Renato P. Saul); A construção social da identidade gaúcha (Ruben George Oliven); Notas sobre ideologia (Sônia Larangeira). Volume 13: Mudança de paradigma e método (Ernildo Stein); A psiquiatria fenomenológica (Maria Ozomar Ramos Squeff); Decisão racional e diálogo: da epistemologia à genealogia (Rejane Carrion); As concepções de leitura e escrita de crianças com dificuldades escolares (Cleci Maraschin); Uma introdução ao estudo da alteridade: outra reflexão para o estudo da psicologia clínica (José Luiz Caon); Piaget: pesquisas sobre generalização (Terezinha Vargas Flores); Sondagens no sítio arqueológico de Xangrilá (Arno A. Kern); Pelotas e o quilombo da Manuel Padeiro na conjuntura da Revolução Farroupilha (Flávia de Matos Mota); O nascimento da imprensa no Rio Grande do Sul (Francisco R. Rüdiger); Fundamentos econômico-sociais do federalismo argentino à época da Revolução Farroupilha (Heloisa Jochims Reichel); A expansão da fronteira agrícola na antiga área missioneira: 1870/1970 (Jane Elizabeth Prates Aita); O discurso ideológico de Alberto Torres (Loiva Otero Félix); Brasil século XX: modelo econômico e produção artístico-cultural (Maria Amélia B. Garcia); A desarticulação do comércio inter-regional na bacia do Prata: notas para um estudo do caso saltenho (Susana Bleil de Souza); As lutas no campo, no Rio

Grande do Sul (Anita Brumer); O egresso do curso de Ciências Sociais Daisy Macedo de Barcelos e Marília Costa Morosini); Enquadramento sindical rural (Egon Roque Froelich); Paradigma de Converse: sistemas de crenças e o processo eleitoral de 1982 em Porto Alegre (Marcello Baquero e Arnaldo S. Filho); Modernização tecnológica e mobilidade social (Mário Riedl, Manoel Malheiros Tourinho e Agenor Gasparetto); O processo de tomada de decisões na organização dos estados americanos (Ricardo A. Seitenfus); A sociedade brasileira e os meios de comunicação de massa (Ruben George Oliven); O PCB na "oposição": 1950/54 (Sônia Maria G. Larangeira). (Cortesia da UFRGS).

NOTICIÁRIO

ALFONSO TRUJILLO FERRARI: PERFIL DE UM MESTRE

Numa homenagem sincera, embora tardia, ao saudoso Professor Alfonso Trujillo Ferrari, transcrevemos neste local a nota de abertura do último número da *Revista Brasileira de Sociologia*, na qual, com muita felicidade, o Professor Antônio Carlos Gil traçou o perfil do mestre que Trujillo sempre soube ser.

O falecimento do Professor Alfonso Trujillo Ferrari, ocorrido a 16 de agosto do ano passado, representa inestimável perda para a investigação sociológica no Brasil. Depois de mais de três décadas dedicadas à docência e à pesquisa, o estimado mestre deixa esta vida, tendo já um lugar garantido na história do pensamento sociológico brasileiro.

Natural do Peru, onde realizou seus estudos universitários e desenvolveu os primeiros trabalhos científicos, o Professor Trujillo transferiu-se para o Brasil em 1951 para prosseguir seus estudos na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Sob os auspícios dessa Escola, desenvolveu logo nos anos seguintes importantes pesquisas no Nordeste e em Minas Gerais, dentre as quais merecem especial destaque as realizadas em Matozinhos e em Potengi. Esta última teve como produto final um dos mais importantes estudos de comunidade realizados no Brasil e que foi publicado sob o título: **Potengi, uma encruzilhada no vale do São Francisco**. Recebeu nessa época forte influência do Professor Donald Pierson, notável cientista da "Escola de Chicago", de quem foi assistente na Escola de Sociologia e Política.

Na década de 50 seu principal centro de interesse foi a Antropologia. Neste sentido desenvolveu estudos sobre as atividades extrativas dos povos primitivos e pré-letrados e pesquisou grupos indígenas, dentre os quais as tribos Pano, do médio Ucayali e os Kariri. Publicou, ainda em 1958 **Fundamentos de Antropologia geral**, livro didático adotado em vários cursos de ciências sociais.

A partir da década de 60 sua preocupação central passou a ser de natureza metodológica. Lecionando Métodos e Técnicas de Pesquisa Social em vários cursos universitários e na Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais, tornou-se um dos mais importantes nomes associados a esse ramo do saber. Durante essa década publicou inúmeros artigos e ensaios versando os mais variados aspectos da metodologia em ciências sociais. Os escri-

tos dessa época deixam clara a sua preocupação quanto à definição e classificação dos métodos de investigação sociológica. Tanto é que, em publicações diversas escreveu sobre os métodos reduutivo, comparativo, observacional e experimental, bem como sobre os variados “approaches” adotados pelos pesquisadores sociais.

Na década de 70 procura consolidar seus estudos sobre metodologia, publicando a coleção **Metodologia e técnicas de pesquisa social**, em seis volumes. Volta-se para os métodos quantitativos, desenvolvendo o curso pioneiro de Sociologia matemática na Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais e publicou o primeiro artigo sobre **path analysis** no Brasil.

Em 1973 anima a criação da Associação Brasileira de Sociologia, sendo eleito seu primeiro presidente e reeleito para as gestões seguintes. Valendo-se de sua experiência como ex-diretor da revista **Sociologia** e fundador da **Revista de Ciências Sociais** da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Oriente (Venezuela) funda e passa a dirigir a **Revista Brasileira de Sociologia**.

A década de 80 o encontra em plena atividade intelectual. Publica vários livros, dentre os quais **Metodologia da pesquisa científica**, já traduzido para o espanhol e editado em Madrid, e **Fundamentos de Sociologia**. Seu interesse volta-se para o estudo das ideologias. Publica importantes artigos sobre a teoria das ideologias e a ideologia marxista no Brasil e no Peru. Já sob o influxo da doença que o vitimou, preparava um estudo sobre a **intelligentsia** brasileira, que não chegou a concluir.

O Professor Alfonso Trujillo Ferrari, embora peruano, conheceu e palmilhou o Brasil de norte a sul e de leste a oeste, estudando e pesquisando com afinco as várias formas de organização social e seus diferentes problemas. Estudou desde tribos indígenas, passando por comunidades rurais e chegando a estudar os diferentes problemas das grandes metrópoles. Seu nome ficará gravado para sempre nas instituições acadêmicas nas quais trabalhou, como a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, o Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul, o Instituto Superior de Ciências Aplicadas, de Limeira, a Pontifícia Universidade Católica de Campinas e a Unicamp. Sua dedicação ao estudo fez com que nos deixasse um legado de 16 livros e mais de uma centena de artigos em revistas de ciências sociais não só do Brasil, como também do exterior.

Sua lembrança estará presente junto a nós que tivemos a sorte de trabalhar e aprender com ele. Mais do que como antropólogo preocupado com estudos indigenistas, ou sociólogo interessado nos problemas migratórios e na consciência crítica dos universitários latino-americanos, o grande professor de Metodologia Científica, o fundador e diretor de revistas científicas, o Professor Trujillo será lembrado como o mestre dedi-

cado e humano, sempre disposto a emprestar sua colaboração a quem desejasse trilhar o fascinante caminho da investigação em ciências sociais.

*

JOSÉ PEDRO LEITE CORDEIRO

O falecimento do médico e historiador José Pedro Leite Cordeiro, no dia 2 de janeiro, consternou profundamente os meios sociais e culturais de São Paulo. Integrava as mais importantes entidades da capital paulista, tendo sido presidente de várias. Ao falecer, ocupava, já havia vários anos, a presidência do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, tendo sido, antes, presidente da Academia Paulista de Letras. Um mês após seu passamento, as onze entidades a que Leite Cordeiro emprestava sua colaboração reuniram-se para uma expressiva sessão solene em sua memória, tendo falado ao ato o historiador Vinício Stein Campos.

Sob o título **Leite Cordeiro**, o responsável por esta revista publicou em o "Correio Popular", de Campinas, no dia 15 de janeiro, o pequeno artigo que, a seguir, transcrevemos, numa homenagem ao saudoso historiador, que sempre se mostrou muito amigo e até entusiasta desta publicação:

"Começou mal 1986 para as letras paulistas. Com efeito, já no dia 2, perdeu São Paulo uma das grandes figuras de sua vida social e intelectual: o médico e historiador campineiro José Pedro Leite Cordeiro. Homem de intensa participação na vida acadêmica da capital, era um dos mais antigos membros da Academia Paulista de Letras, da qual foi presidente em duas gestões. Presidiu por longos anos e até agora, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Mas, não foi apenas nestas duas entidades que se abriu enorme claro com o seu falecimento.

A inúmeras outras entidades culturais Leite Cordeiro emprestava o brilho de sua cultura: Academia Paulista de História Academia Cristã de Letras, Instituto Genealógico Brasileiro, entre outras. E na qualidade de correspondente, integrava os quadros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de vários Institutos Históricos estaduais. Deixou importantes trabalhos de investigação histórica, que enriquecem sobremaneira a bibliografia paulista. Entre eles, **São Paulo e a invasão holandesa, Brás Cubas e a Capitania de São Vicen-**

te e **O Engenho de São Jorge dos Erasmos**, além de diversos outros publicados na Revista do Instituto Histórico de São Paulo.

Falando ao ato fúnebre, no saguão da Academia Paulista de Letras, na triste tarde de 3 de janeiro, referiu-se o presidente da Academia, Lycurgo de Castro Santos Filho a Leite Cordeiro como 'homem cordato, ponderado, culto, respeitado e ouvido com interesse, possuidor de excelente memória e que se transformara nos últimos anos em a crônica viva dos fastos acadêmicos'. Sua presidência na Academia Paulista de Letras ficou assinalada por uma série de atividades culturais, culminando com a criação da **Biblioteca Academia Paulista de Letras**, destinada à reedição de obras antigas, de autores paulistas ou vinculados a São Paulo. Esta coleção, hoje com treze volumes (dos quais nove publicados por Leite Cordeiro), representa valiosa contribuição ao conhecimento do passado de nossa terra.

Há mais de quarenta anos, ao ser empossado no Instituto Histórico de São Paulo, tive a honra de ser introduzido para a cerimônia de posse, por uma comissão de que fazia parte Leite Cordeiro. Quarenta anos depois, ao ser empossado na Academia Paulista de Letras, fui introduzido no recinto solene para a cerimônia de posse por uma comissão de que fazia parte novamente Leite Cordeiro ! E nesses quarenta anos que medearam de 5 de setembro de 1945 a 25 de setembro de 1984, nosso relacionamento, embora não muito freqüente, por circunstâncias várias, foi de extrema cordialidade. Fiquei lhe devendo algumas das mais significativas distinções de minha vida, tanto no Instituto Histórico como na Academia Paulista de Letras. Sentia-se, pois, no dever desta palavrinha de saudade”.

*

PRÊMIO MONTEIRO LOBATO (1986)

Encontra-se aberto, na Academia Paulista de Letras, o concurso para o **Prêmio Monteiro Lobato**, que tem por finalidade distinguir um ensaio único sobre a **história do conto** em São Paulo. Poderão inscrever-se obras inéditas, de autores brasileiros, natos ou naturalizados, impe-

didados de concorrer os membros da Academia. O prazo de inscrições—na Secretaria da Academia Paulista de Letras, Largo do Arouche, 312 — se estenderá até **1º de setembro de 1986**.

A obra concorrente deverá ter de 200 a 300 páginas, em papel formato ofício, datilografada em espaço três, em três vias.

Os autores concorrerão sob pseudônimo, devendo entregar em envelope à parte, elementos para posterior identificação.

O prêmio em dinheiro terá o valor de 100 OTN's, calculadas para o mês de agosto de 1987. Não serão concedidos outros prêmios, nem menções honrosas. Se não julgar merecedora obra alguma, a comissão julgadora — que será constituída por três acadêmicos escolhidos pelo plenário da Academia — poderá não conceder o prêmio. O prazo para julgamento irá até 1º de junho de 1987.

Na Secretaria da Academia encontram-se à disposição dos interessados, cópias integrais do edital do concurso.

UM POUCO DE MÚSICA

OS DOIS FRANZ SCHUBERT (Carlos Gonzáles)

Não se trata de uma dupla personalidade que se possa encontrar em Franz Schubert (1797-1828), o autor famoso dos *lieder*, que revolucionou a arte, comparado ao sinfonista, quartetista, etc., gênio ímpar no reino da música. Houve, realmente, dois Franz Schubert, ambos de fala germânica, compositores e além de tudo contemporâneos. O que hoje conhecemos, justamente famoso sob todos os pontos de vista — e do qual não temos que tratar aqui, a não ser como mera comparação com o outro Schubert — nasceu e morreu em Viena. Na pia batismal recebeu o nome de Franz Peter Schubert, mas nos meios musicais passou a ser conhecido apenas por Franz Schubert. Teve uma vida relativamente obscura no meio musical em geral, sobrelevando-se somente entre o pequeno número de seus amigos, com os quais organizava as famosas “schubertiadas”, da qual ele era o coração. Somente depois de sua morte, foi que começou a renascer para a música, mas isto só aconteceu praticamente a partir da segunda metade do século XIX.

Enquanto isso, o outro Franz Schubert nasceu e morreu em Dresde (22-7-1808/1-4-1878), e se não teve uma carreira brilhante era pelo menos mais conhecido e conceituado do que o seu homônimo vienense. Hoje, porém, está completamente esquecido enquanto o vienense a cada dia que passa sobe mais no conceito do melômano de escol.

Tanto o *Grove's*, edição de 1954, como a *Biographie universelle des musiciens*, de F. J. Fétis, edição de 1875, citam-no com relativa abundância. Deveria ser muito conceituado em vista das publicações que dele foram feitas ainda em vida: nove estudos para violino, op. 3; Fantasia para violino e orquestra; Duo para piano e violino, op. 8, e mais dois duos concertantes para violino e violoncelo, em colaboração com Kummel. Mas, de tudo isso, praticamente nada sobrou na voragem do tempo com exceção de uma pequena peça para violino solo, *L'Abeille*, ainda hoje executada, mesmo que poucas vezes e não raro quando dos “encores”...

Este fato nos vem à memória porque ele é constantemente confundido com seu homônimo famoso ou ainda com o pai, que também foi músico. As anotações de contracapas de discos nem sempre são claras e precisas, quando não erradamente insertas. Conhecemos, por exemplo, o SPL 748, edição da “Period” com o título “Intermezzo”, no qual, na

faixa 5 da face B, existe tão somente a anotação **The Bee** (François Schubert), numa interpretação de Arnold Eidus, violino e Glória Agostini, harpa. Nada há escrito sobre os compositores das 14 peças nele gravadas, a não ser a apresentação dos intérpretes.

É também de nosso conhecimento uma edição "Pick 100-146", sob o título **Die Biene**, de Franz Schubert, arranjo de Ralph Heid, sem maiores detalhes na contracapa.

Por sua vez, num disco da Academia Santa Cecília de Discos, nacional, há uma interpretação do Duo Paganini, última faixa da face B, transcrição de Nelson Macedo, que tem somente esta anotação: "... o **L'Abeille**, de F. Schubert, já bastante familiar ao nosso público". Sim, mas que F. Schubert é esse ?

Numa edição da "Emi-Odeon", vol. 13 (Peças célebres para violino), 31C 051 11641, também na face B, faixa E, **A Abelha**, de Franz Anton Schubert, transcrição de Wilhelmj, contracapa assinada por Maurice Tassart. Aqui, então, o erro é mais grave, porque o nome apontado é o do pai do compositor (1768-1824).

Agora, chegou a vez da "Philips", que no seu disco 6514 324, face B, faixa 5, nos dá **A Abelha**, o opus 13/9, na interpretação de Michela Petri, flauta doce, Hanne Petri, cravo e David Petri, Violoncelo, como sendo de Franz Schubert (1797-1828), isto é atribuído ao Schubert vienense. Não dá o nome do autor da contracapa e nela só enaltece a habilidade desse excelente trio.

Segundo uma anotação do **Grove's**, o Franz (François) Schubert era também assim chamado para distingui-lo do seu grande homônimo. Franz, Francis, François, Francesco, Ferenc, Francisco são os mesmos nomes em idiomas diferentes. Por sua vez, Franz Peter Schubert, vienense, tem assim o nome de batismo completo. Com essa pequena observação se evitará muitas confusões.

L'Abeille, não é, pois, de Franz Peter Schubert, de Viena, mas do Franz (François) Schubert, de Dresde, conforme o levantamento que fizemos. Para isso consultamos vários dicionários musicais, enciclopédias, etc., que seria pedante aqui inserir. Parecem-nos bastante esses dados. Se não estivermos certos, não há dúvida que pelo menos teremos errado em boa companhia.

(**Diário Popular**, São Paulo, 27-11-1985)

MEMÓRIA CAMPINEIRA (27)

BENTO QUIRINO

Bento Quirino dos Santos nasceu em Campinas em 18 de abril de 1837 e aqui morreu em 26 de dezembro de 1914. Filho de Joaquim Quirino dos Santos e de sua primeira mulher, dona Manuela Joaquina de Oliveira. Era irmão do poeta, historiador e jornalista Francisco Quirino dos Santos (o conhecido Doutor Quirino). Comerciante abastado, sócio da firma Santos, Irmãos & Nogueira, que prestou relevantes serviços à população por ocasião da epidemia de febre amarela em fins do século passado. Presidente da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Filântropo, colaborou com Dom Joaquim José Vieira na fundação da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, da qual foi provedor e grande benemérito. Fundou e presidiu a Companhia Campineira de Águas e Esgotos e a Companhia Campineira de Iluminação a Gás. Cooperou na fundação de numerosas obras assistenciais e educacionais, como o Colégio Culto à Ciência, a Creche, a Escola Profissional e a Escola de Comércio que hoje trazem o seu nome. Abolicionista, e propagandista da República, participou da Convenção Republicana de Itu, em 1873. Ocupou os cargos de delegado de polícia (logo ao proclamar-se o regime republicano), vereador à Câmara Municipal e Juiz de Paz. Co-fundador do mais antigo Clube recreativo da cidade, o atualmente denominado Clube Semanal de Cultura Artística.

Há muita coisa em Campinas a recordar seu ilustre filho. Uma das praças centrais — de grande significado histórico, pois praticamente foi onde nasceu a cidade — tem o seu nome, que figura, igualmente, nas diversas instituições que ele fundou: a Creche, a Escola Profissional e Escola de Comércio. Mais ainda: uma bela estátua de bronze foi-lhe erigia, obra do escultor Amadeu Zani, executada no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Foi inaugurada em 18 de abril de 1918, no saguão do antigo Instituto Profissional Bento Quirino, à rua Culto à Ciência, edifício atualmente ocupado pelo Colégio Técnico da Universidade Estadual de Campinas, tendo o Instituto Profissional, denominado agora Escola Profissional Bento Quirino, sido transferido para edifício mais moderno e adequado, num dos bairros da cidade. Em 18 de abril de 1937, dia em que se comemorou o centenário do grande campineiro, sua estátua foi transferida do saguão do Instituto para a praça de seu nome.

Quanto à firma de que Bento Quirino foi sócio — Casa Santos, Irmão & Nogueira — foi também homenageada pela cidade, pelos abnegados esforços no combate à epidemia de febre amarela, com a colocação de uma placa alusiva, de mármore, numa das paredes externas da sede

da firma, à rua Benjamin Constant esquina com a Praça Bento Quirino. Esse edifício, posteriormente ocupado pela Escola de Comércio Bento Quirino, não mais existe. Em seu lugar foi construído um edifício de vários andares para sede da Escola e a placa foi transferida para novo local. Diz a placa: “Gratidão eterna do povo de Campinas à Casa Santos, Irmão & Nogueira pelos relevantes e inolvidáveis serviços a ele prestados durante a epidemia de 1889”.

TEXTOS
(Sugestões para seminários)

VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA

(Decreto imperial nº 3 371, de 7-1-1865)

Atendendo às graves e extraordinárias circunstâncias em que se acha o país e à urgente e indeclinável necessidade de tomar na ausência do Corpo Legislativo, todas as providências para a sustentação no exterior da honra e integridade do Império, e tendo ouvido o meu Conselho de Ministros, hei por bem decretar:

Art. 1º — São criados extraordinariamente corpos para o serviço de guerra, compostos de todos os cidadãos maiores de 18 e menores de 50 anos, que voluntariamente se quiserem alistar, sob as condições e vantagens abaixo declaradas.

Art. 2º — Os voluntários que não forem Guardas Nacionais, terão, além do soldo que percebem os voluntários do exército, mais 300 réis diários e gratificação de 300\$000 quando derem baixa, e um prazo de terras de 22.500 braças quadradas nas colônias militares ou agrícolas.

Art. 3º — Os Guardas Nacionais, praças de pré, que se apresentarem, serão alistados na primeira linha com as mesmas vantagens do art. 2º, passando nos postos que tiverem nos corpos da mesma guarda a que pertencerem.

Art. 4º — Os voluntários compreendidos nos artigos anteriores terão baixa logo que for declarada a paz, dando-se-lhes imediatamente passagem para onde a solicitarem, no caso que tenham de se transportar por mar.

Art. 5º — As baixas não dependerão de ordem do Governo, ficando os comandantes dos respectivos corpos autorizados a dá-las, logo que forem reclamadas pelos indivíduos que tiverem direito.

Art. 6º — Os voluntários terão todas as regalias, direitos e privilégios das praças do exército, para serem reconhecidos cadetes ou particulares, sem que por isso percam as vantagens do art. 2º, e possam ser promovidos a oficiais quando se distinguirem. Os que tiverem direito a ser reconhecidos cadetes ou particulares, poderão usar logo dos respectivos distintivos até se proceder aos conselhos de direção e averiguação, quando o Quartel General o faculte; ficando dispensados da apresentação da escritura de alimentos.

Art. 7º — Aqueles que desistirem da baixa, depois de feita a paz, e continuarem a servir por mais três anos, receberão além das outras vantagens 300\$000, sendo 100\$000 nesse ato e resto no fim dos três anos.

Art. 8º — Os voluntários de que tratam os artigos 2º e 3º ficarão isentos do serviço do exército e marinha, assim como do serviço ativo da Guarda Nacional, quando não se queiram prestar voluntariamente. Os do art. 3º, quando se prestem, têm a preferência na promoção a postos de oficiais, dada igualdade de circunstâncias com outros.

Art. 9º — Os voluntários terão direito aos empregos públicos de preferência em igualdade de habilitações, a quaisquer outros indivíduos.

Art. 10º — As famílias dos voluntários que falecerem no campo de batalha ou em consequência de ferimentos recebidos nela, terão direito à pensão ou meio soldo, conforme se acha estabelecido para os oficiais e praças do exército. Os que ficarem inutilizados por ferimentos recebidos em combate, perceberão durante sua vida soldo dobrado devoluntário.

Art. 11º — Todos os voluntários de que trata este decreto trarão, no braço esquerdo, uma chapa de metal amarelo com a coroa imperial, tendo por baixo as seguintes palavras — **Voluntários da Pátria** — da qual poderão usar mesmo depois da baixa.

Art. 12º — O Governo concederá, em atenção aos serviços relevantes prestados pelos ditos voluntários, graduações de oficiais honorários do exército; e solicitará do Corpo Legislativo autorização para conceder-lhes vitaliciamente o soldo por inteiro ou em parte correspondente aos seus postos.

Art. 13º — As praças dos corpos policiais do Império e os indivíduos que já tiverem obtido baixa desses corpos e dos de primeira linha, terão todas as vantagens concedidas aos voluntários Guardas Nacionais.

Art. 14º — Gozarão de todas estas vantagens aqueles que na Corte e Província do Rio de Janeiro se apresentarem dentro do prazo de 60 dias, nas províncias mais próximas no de três e nas mais remotas de quatro meses, contados da data da publicação deste decreto, nas respectivas capitais; os Guardas Nacionais aos Comandantes Superiores, e, onde os não houver, aos comandantes dos corpos, e os outros voluntários às autoridades que o governo designar.

Art. 15º — Ficam provisoriamente revogadas as disposições em contrário.

Os meus Ministros e Secretários de Estado dos negócios das diversas repartições, assim o tenham entendido e façam executar.

Palácio do Rio de Janeiro em 7 de Janeiro de 1865, 44^o da Independência e do Império. Com a rubrica de S. M. o Imperador. Francisco José Furtado; José Liberato Barroso; Carlos Carneiro de Campos; João Pedro Dias Vieira; Henrique de Beaurepaire-Rohan; Francisco Xavier Pinto Lima; Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá.

(De um boletim publicado na Tipografia de Bernardo Saturnino da Veiga, Cidade da Campanha, 1865).

*

SITUAÇÃO RELIGIOSA NA IRLANDA NO SÉCULO XVIII

(W. H. Fitchett)

A Irlanda era para Wesley um campo novo, estranho, bravio e infeliz — um paradoxo da civilização; campo em que, não por qualquer crueldade da natureza ou por qualquer propósito de Deus, mas unicamente pelos ódios e tolices do gênero humano, as coisas boas se tornavam más. A lei inspirava crime. A religião nutria ódios. A liberdade tornava-se em autor da tirania. A Irlanda dos primeiros Georges e das leis penais ! Haveria outro pedaço qualquer do mundo civilizado onde a religião de Jesus Cristo se avizinhasse tanto à da derrota e onde o trabalho da religião parecesse tão desesperado ?

Lord Hutchinson condenou a Irlanda de então numa sentença terrível: “Uma aristocracia corrupta, um vulgacho feroz, um governo anarquizado e um povo dividido”. A sociedade constituía uma teia de ódios temíveis. Os protestantes detestavam e oprimiam os católicos; os anglicanos detestavam e oprimiam os não-conformistas; os romanistas odiavam a ambos, e quando se lhes oferecia oportunidade, matavam-nos. Green diz: “Depois da capitulação de Limerick todo católico irlandês foi tratado como estrangeiro e forasteiro em sua própria pátria”. O governo estava nas mãos da duodécima parte da população, que o explorava para si mesmo para encher-se os bolsos às expensas das outras onze partes. Os ódios de classe eram nutridos pela lei. O católico irlandês estava praticamente fora da lei em seu solo nativo; o presbiteriano irlandês vivia sob a ameaça do Ato de Prova; e o próprio anglicano irlandês tinha de ficar com chapéu na mão na presença de anglicano que possuísse o mérito de ser inglês.

Mas é o paradoxo de negócios irlandeses no século XVIII que mais impressiona o estudante do século XX. Representa uma inversão, quase

sem paralelo na história, de toda a ordem natural. Os ingleses haviam ganhado a liberdade na Irlanda somente para negá-la aos irlandeses. As duas forças mais nobres na sociedade humana são a autoridade da lei e a autoridade da religião. São, ou devem ser aliadas. Mas na Irlanda de então eram inimigas mortais. O principal fim da lei na Irlanda visava à eliminação daquilo que quatro em cada cinco de seus habitantes tinha por religião. Em parte alguma o Protestantismo — ou, antes, o que se dizia ser o Protestantismo — se achava tão forte e em parte alguma ele havia fracassado tanto. Em nenhum outro país o Romanismo se achava tão vexado e coagido, e em nenhum outro país ele se via tão perto do triunfo. Foi perseguido e a perseguição converteu os seus sacerdotes em fanáticos e enobreceu-os em mártires.

O Protestantismo que a Irlanda conheceu nesses tempos tristes havia tomado emprestado a Roma a sua política de perseguição; a perseguição, neste caso, era irmã gêmea da avareza. Estava tão pronta a bater a carteira de suas vítimas ou a confiscar suas fazendas, como em punir-lhes a teologia tão notavelmente corrupta. O plebeu irlandês, por sua vez, estava casado com a sua religião, não simplesmente por forças espirituais — freqüentemente nada tinham de espirituais — mas por um conjunto de forças que constituíam uma contradição do termo espiritual: ódio de classe; a lembrança de injustiças imperdoáveis, injustiças às vezes sofridas, às vezes cometidas; a lealdade à sua classe; a sua ignorância; numa palavra, os seus ódios. E nunca houve ignorância tão completa, nem ódios tão amargos. Eram ódios raciais, que tinham suas raízes na história, e que se conservavam vivos e fundos pela opressão.

E nunca jamais o Protestantismo pecou tão fatalmente contra o próprio gênio como na Irlanda desse tempo. O pároco protestante tirava o dízimo das batatas ao plebeu romanista para o seu próprio sustento, mas não fazia esforço algum para convertê-lo, entendê-lo, falar a sua língua, ou para iluminar a sua ignorância.

(Fitchett, W. H. — Wesley e seu século: um estudo de forças espirituais., Vol. I, pp. 289/291. Trad. de Eduardo E. Joiner. Porto Alegre, Tip. de Carlos Echenique, 1916).

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

MARTIM FRANCISCO, O TERCEIRO (1853 — 1927)

Martim Francisco Ribeiro de Andrada, terceiro do nome, nasceu em São Paulo a 11 de fevereiro de 1853, filho de Martim Francisco Ribeiro de Andrada (segundo do nome) e de D^a. Ana Benvinda Bueno de Andrada. Era, portanto, neto do primeiro desse nome, o irmão e genro de José Bonifácio, o Patriarca, de quem era, pois, bisneto. Fez o curso secundário no Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, retornando a São Paulo para cursar a Faculdade de Direito, pela qual se bacharelou em 1875. Ingressando na política, foi deputado provincial em 1878 e 1879 e de 1879 a 1884 representou a província de São Paulo na Assembléia Geral. Interrompeu seu mandato por um ano (1882), quando exerceu a presidência da província do Espírito Santo. Com seu irmão Antônio Manuel Bueno de Andrada, redigiu o jornal político **O Provinciano**. Proclamada a República, foi membro da Assembléia Constituinte. Em 1892 foi Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo (governo de Cerqueira César). Preso por ter conspirado contra Floriano Peixoto, abandonou a política e consagrou-se à advocacia, por muitos anos, na cidade de Santos. Viajou pela Europa, trazendo impressões que externou em livro de fina ironia. Residiu, por algum tempo, em São Bernardo (hoje São Bernardo do Campo), nas imediações da capital paulista, onde freqüentemente iam visitá-lo excelentes amigos, entre os quais Capistrano de Abreu, Paulo Prado e Afonso de Taunay. Faleceu no Rio de Janeiro, a 20 de abril de 1927.

Os rápidos traços biográficos aqui apresentados escondem uma das figuras mais curiosas de nossas letras, pelo espírito observador e sarcástico, de humorismo ferino, por vezes demolidor, como está bem expresso nos seus livros. “Escritor originalíssimo e sarcasta formidável”, como o definiu Afonso de Taunay, que dedicou ao ilustre Andrada diversos escritos: um extenso estudo biográfico — **Martim Francisco III** (1936) — e uma série de sete artigos publicados na “Revista da Academia Paulista de Letras” (1945/1951).

Dos pendores e do interesse de Martim Francisco III pelos estudos históricos, temos o excelente depoimento de Taunay, que transcreveremos do primeiro dos seus trabalhos citados:

“O estudo, porém, que mais o seduziu, que a vida inteira o trouxe como um enamorado, a reler velhos papéis, guardados à sombra melancólica dos arquivos, foi o da História Pátria. Nesse departamento de

atividade intelectual se fez grande entre os maiores. Dele se assenhoreou não em compêndios, que se redizem, e uns aos outros se copiam. Andou à cata do documento, morou nas bibliotecas, descobriu e destrinçou registros e alvarás, edições seculares, anotou-as, desfez enganos e fixou acertos.

Por isso mesmo, ainda no quarto ano de Direito, publicou **Os Precusores da Independência**, ou “a primeirã futilidade”, como dizia. Foi injusto com ele próprio. As páginas do trabalho são fartas sementeiras de idéias. A gente sente que antes de escrevê-las, Martim as cultivou. Entremostrom horizontes dilatados pela sua argúcia de historiador. Há teses, que, só para formulá-las, exigiam conhecimentos interessantes e invulgares. Teses que, sem esforço, por ele poderiam ser desdobradas em compêndios.

(...) Martim precisa ser lido com uma dupla visão. É necessário ler o que escreveu e o que não escreveu, mas deixou ficar escrito nas entrelinhas. São períodos com conhecimentos que florescem ao alto de outros conhecimentos.

Para provar que os primeiros precusores de nossa independência foram os paulistas, quando, na Capitania de São Vicente, se insurgiam contra os jesuítas, organiza um desfile de figuras. E não há figura desacompanhada duma nota ilustrativa, nota que se enraíza fundo em leituras e reflexões. Aparece-nos João Ramalho, com os seus mamelucos, altivos, quase selvagens. Martim Afonso, desembarcando em São Vicente, Anchieta, o santo, Bolés, o astuto. Tibiriçá, Nóbrega, André Fernandes, Fernão Dias, João Pires, Amador Bueno da Ribeira. Os fatos se encaixam. Surgem povoações e as lutas que dentro delas se porfiaram.

Acrescente-se a esse mealheiro farto de sabedoria histórica, todas as suas pesquisas sobre Felipe dos Santos, Tiradentes e o fim que Tiradentes teve, questão essa que pôs “sal na moleira” de Vieira Fazenda, e teríamos material completo, custoso, para densos volumes.

Martim, porém, não se preocupava com quadros de largas dimensões. Preferia as miniaturas. Dava roteiros. Ensinava caminhos, dentro dos quais nos devemos movimentar para descobrir o ouro das nossas lendas e tradições.

(...) Adquirira Martim Francisco prodigiosa erudição em vários setores de nossa História. A do Brasil Nação conhecia maravilhosamente. Dos fastos parlamentares possuía a mais larga ciência. Assim também, de tudo quanto se referia aos anais de São Paulo, de 1800 aos nossos dias, aos da invasão holandesa e das pugnas em torno da Colônia do Sacramento. Eram estes os seus capítulos prediletos. Daí lhe proveio a longa intimidade com Capistrano de Abreu, com quem se cartou dezenas de anos, assiduamente. De tempos a tempos vinha o mestre cearense passar uns dias em casa do amigo, o que motivava infíndas conversas, debates acaloradí-

simos, rugas fortes, terminando tudo sempre pela pacificação daqueles dois espíritos fortes, a que tanta admiração recíproca prendia inquebrantavelmente.” (**Martim Francisco III**, pp. 46 a 48. São Paulo, 1936.)

Gostava Martim Francisco do gerúndio para titular seus livros: **Rindo, Contribuindo, Viajando e Falando**, estes dois últimos publicados postumamente. Responsável pela publicação de muitos inéditos que lhe foram confiados pela viúva do escritor, Afonso de Taunay prosseguiu no hábito de titular os novos volumes também pelo gerúndio. Assim, deu a público **Gracejando** e **Revivendo**. Ao publicar este último, em 1936, Taunay anunciou mais alguns livros de Martim Francisco, de cujas edições estaria cuidando e já com títulos escolhidos: **Castigando, Advogando, Escavando** e **Debatendo**. Infelizmente, não chegaram a ser publicados.

BIBLIOGRAFIA DE MARTIM FRANCISCO III

Os Precusores da Independência. 1874.

Propaganda separatista: São Paulo independente. 1887.

Carta-careta (sátira política). 1888.

Em Guararapes (conferência), em Rev. Inst. Arq. Hist. Pernamb. nº 77. 1909.

Rindo, 1919.

Contribuindo (ensaios históricos). 1921. (E. G. Monteiro Lobato).

Américo de Campos (biografia). 1921.

Viajando. São Paulo, Irmãos Ferraz, 1929.

Falando. 1929.

Gracejando. São Paulo, Melhoramentos, 1933.

Revivendo. São Paulo, Inst. Histórico e Geográfico, 1936.

SELETA

TAUNAY

Martim Francisco

Alfredo d'Escragnolle Taunay foi um dos espécimes humanos mais originais que conheci. Encontrei-o na Câmara dos Deputados em 1881; dera a eleição direta, honestamente fiscalizada pelo gabinete Saraiva, azo à inclusão de seu nome na chapa conservadora pela província de Santa Catarina, província onde, havia anos, Taunay fora presidente algum tanto espetaculoso, mas muito trabalhador, muito tolerante e sobretudo de uma seriedade persistente na gerência dos dinheiros públicos.

O momento político prestava-se ao abrandamento das rixas partidárias. Conseguira o partido conservador triunfar em mais de um terço dos círculos eleitorais, e à gratidão do seu chefe na Câmara, o conselheiro Paulino de Souza, juntara-se, para evitar atritos, o receio da deputação fluminense de que, dada uma mudança política, fosse o poder cair nas mãos do elemento pernambucano dirigido então pelo conselheiro João Alfredo. Isso, e ainda a extrema afabilidade de Taunay; seus dotes de **causeur**; a franqueza com que, a despeito de ter assento na bancada da direita, a conservadora, emitia e dicutia idéias liberais adiantandas com conhecimento demorado de causa e exame analítico de incidentes; a sua dupla, invejável e merecida nomeada de literato e de guerreiro, e outros motivos, que contribuíam para escravisar a simpatia dos que se lhe aproximavam, fizeram então do ilustre brasileiro, ontem falecido, um verdadeiro centro de atração à prosa dos corredores, aos cochichos comentadores dos apartes, a essa crítica dos homens e das coisas que só a espontaneidade sabe rapidamente fazer.

Mata Machado, Afonso Celso, Rodolfo Dantas, toda a mocidade liberal enfim — que teve de aceitar e sustentar em 1881 debates com os experimentados chefes conservadores, enfrentando com a lógica duríssima de Andrade Figueira, as frases decoradas de Ferreira Viana, a retidão mental de Belisário de Souza, a variadíssima instrução de Duque Estrada Teixeira e a eloquência admirável de Gomes de Castro — olhava em Taunay mais um companheiro do que um antagonista, mais um mestre do que um adversário.

Teimava Taunay em declarar-se conservador. Ninguém lhe dava crédito à asserção; e ele mesmo a refutava, na tribuna e no voto, auxiliando

o partido liberal na tentativa da liberdade dos sexagenários, propondo que às câmaras municipais fosse permitida a concessão de cartas de naturalização aos estrangeiros que as requeressem, salientando e justificando sempre o seu apoio a todas as idéias progressistas, que já então iam atrapalhando a permanência da monarquia.

Sem exagerados dotes oratórios, mas agradabilíssimo pela fluência e pela vernaculidade, não raro espirituoso e mordaz, Taunay captava e prendia durante horas a atenção do auditório. Discutia com a mesma competência questões de medicina, de orçamento, militares, partidárias, irregularidades de atas eleitorais, colonização e até minúcias processuais de direito.

Acusaram-no injustamente de palaciano. Foi amigo particular do Imperador; era-lhe sobremaneira grato pela escolha senatorial quando, contando apenas quarenta anos, e tendo como um dos companheiros da lista tríplice o ex-ministro Silveira de Souza, obteve da preferência régia a sua entrada na Sibéria política. Mas cumpre notar que, além de a sua escolha ter tido o aplauso quase unânime do país, Taunay dispunha de tal abundância de mérito e de serviços, na sua conta corrente com o Brasil, que a escolha senatorial não o poderia colocar em condições de devedor.

Soldado bravíssimo e emocionante historiador da **Retirada da Laguna**, trabalho que a crítica européia bordou de extraordinários encômios; romancista da **Mocidade de Trajano** e dessa maravilhosa lenda da **Inocência**, o livro português mais vezes traduzido depois dos **Lusfadas**; crítico literário e crítico musical; compositor e artista; poeta sofrível e polemista vigoroso; redigindo com a mesma correção as partes oficiais da campanha do Paraguai e a discussão das obras musicais de José Maurício — como que as aptidões pululavam nessa cerebração privilegiada, como que os caminhos do seu raciocínio e as variantes de sua inteligência se multiplicavam rapidamente ao contato de qualquer assunto, à apresentação de qualquer problema !

E ao lado disso quanta bondade ! A gente sentia-se feliz reconhecendo-lhe a superioridade intelectual, e preeminência na ilustração, na perspicácia, na imparcialidade a mais acentuada. Taunay impedia a inveja alheia, metamorfoseando-a em admiração sincera, simpática, íntima. Não sabia ofender, menos ainda conservar rancores. Tinha em grande escala a memória da gratidão: a de Rio Branco, o estadista que lhe adivinhou o merecimento e o posicionou nos arraiais da vida pública **encaixando-o no bangué oficial que atravessou a província de Goiás em 1872** (esta frase sensorona infelizmente foi minha, e repito-a para castigar-me da tendência agressora que outrora me dominou o espírito), sempre deparou na pena cintilante de Taunay com um defensor insigne e um avaliador imparcial de sua capacidade, de seus feitos e de seu patriotismo.

Alfredo d'Escragnolle Taunay foi um bom na acepção da palavra. Quem o conheceu não o poderá jamais esquecer. Exceção na decadência brasileira, apartado da vida pública pelas vicissitudes que modificaram a governação do país, empobrecido e adoentado, descendo da posição de senador vitalício à de diretor de uma companhia de bondes, nem por isso deixou ele de ser o que era e valer o que valia. Era o exemplo da lição do guerrilheiro Viriato: os homens são como as moedas; têm ou não têm valor próprio; os elogios não lhes dão, nem as censuras lhes tiram as qualidades.

Encontraram-no sempre a prumo as alterações do mundo objetivo. Recebeu-as de cabeça alta. Até aos seus últimos dias quis ser e foi o mesmo homem. Para o soldado que o conheceu e admirou na Laguna e nas margens do Paraguai, ele nunca deixou de ser o valente major Taunay. Para o literato será ele sempre um dos atestados mais brilhantes da mentalidade brasileira no presente século. Às indagações do historiador consciencioso, Taunay surgirá como um modelo de independência política, de reformista, de agitador de idéias sem o adminículo e sem o recibo de vantagens pessoais.

Para os que intimamente o conheceram, para os que puderam avaliar a sua primazia sob inúmeros aspectos e admirar a diversidade dos prismas que lhe salientavam o talento, seu nome irmanar-se-á irresistivelmente a esse sentimento de saudade, pequeno e único alívio permitido aos que, como quem rascunha com lágrimas estas linhas, trocaram a fé em uma existência futura pela convicção do **post mortem nihil est; ipsa mors, nihil.**

Escrevia Macaulay que um dos prazeres que lhe dava a crença em uma vida além-túmulo era a esperança de conviver nos espaços com a alma de Hampden. Felizes os que acreditam ! Esses, diante do cadáver de Taunay, — do quase velho que soube morrer tão moço ! — podem-se consolar quando a pátria acaba de perder tanto da sua primavera.

(Santos, 27-1-1899, dois dias após o falecimento do Visconde de Taunay. Reprod. em **Revivendo**, Rev. do Inst. Hist. e Geogr. de São Paulo, vol. 31, pp. 388 a 391. São Paulo, 1936).

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nessa seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista às quartas-feiras, no **Correio Popular**, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram divulgadas).

131. PRESENÇA FRANCESA NO BRASIL

A presença francesa é uma constante em nossa história. Desde antes do descobrimento, quando navegadores da Bretanha andaram pelo Norte do Brasil, fazendo com que, até hoje, os franceses reivindicuem a prioridade no descobrimento de nosso território. Por toda a primeira metade do século XVI foram eles freqüentes nas costas brasileiras. Relacionando-se muito bem com os índios (melhor até que os portugueses), extraíram à vontade o pau-brasil, enviando para cá quantas naus e expedições puderam. A tal ponto que — pode dizer-se — recebeu-se num certo momento se o Brasil continuaria português ou passaria às mãos dos franceses. Traçaram eles os primeiros mapas e as primeiras descrições do nosso litoral. Tentaram, por duas vezes, uma ocupação definitiva: a primeira, na baía de Guanabara em meados do século XVI, e a segunda, no Maranhão, no início do século seguinte. Molestaram o Rio de Janeiro, no século XVIII, com duas poderosas esquadras.

Cessada a época das guerras e conquistas, passaram a influir poderosamente na cultura, nos costumes e no pensamento brasileiro. “Idéias francesas” aparecem predominantemente nos movimentos de rebelião do fim do século XVIII, na Revolução Pernambucana de 1817 e, mais tarde, na “Praieira”, em meados do século XIX. Dois príncipes franceses casaram-se com princesas brasileiras, aproximando, ainda mais, as duas nações. Ditaram a moda no Brasil, particularmente a feminina, estabelecendo-se no Rio de Janeiro e dominando a rua do Ouvidor, de memória tão bem evocada pelo velho Macedo. A língua francesa tornou-se mesmo, sem exagero, a segunda língua do país, e ninguém julgava completa sua cultura se não realizasse viagens à França ou ali vivesse por algum tempo.

Correntes do pensamento francês aparecem com freqüência entre a intelectualidade brasileira e influem, inclusive, e muito !, em nossa cultura. O próprio imperador (o segundo) as estimulava, pelas suas re-

lações constantes com intelectuais franceses. Colégios franceses tornaram-se responsáveis pela formação de muitas gerações de brasileiros. Sábios e viajantes franceses percorreram o Brasil, deixando sobre o nosso País obras preciosas, indispensáveis para o conhecimento de nossa terra: Saint-Hilaire, Suzannet, Castelnau, Biard, Coudreau, Crévaux, Debret, e muitos outros. Com a República, missões militares francesas instruem nossas forças armadas, da mesma forma que missões culturais francesas contribuem para a fundação de nossas primeiras universidades. A Academia Brasileira de Letras fundou-se à imitação da francesa e sua própria sede (a primeira) foi uma doação do governo francês.

Tudo isso veio-me à mente enquanto lia **Brasil-França ao longo de cinco séculos**, do General Lyra Tavares, há pouco editado pela Biblioteca do Exército. Livro muito bom, mas ainda falho em muita coisa que o autor deixou de lado. 2-10-1985

*

132. OS DOIS MELO MORAIS

No caso dos dois Melo Morais, poder-se-á dizer que o pai eclipsou o filho. O velho historiador alagoano (1816-1882) deixou uma obra que, se não é das mais brilhantes da historiografia brasileira, é, contudo, das mais úteis, pois soube fundamentá-la com excelente embasamento documental. Sílvio Romero criticou-lhe a falta de método. Era homem de arquivo, e, de posse de uma quantidade incrível de documentos, não soube, entretanto, dar-lhes o tratamento que uma boa metodologia exigiria. É ainda Sílvio quem diz que ele “se limitou quase a dar à estampa as riquezas que possuía”. Ainda bem que o crítico sergipano empregou um “quase que torna menos rigorosa sua observação.

A mais importante obra do velho Melo Morais — **História do Brasil-Reino e do Brasil-Império**, há pouco reeditada pela Itatiaia, de Belo Horizonte, na coleção “Reconquista do Brasil”, é quase um livro-fonte para o conhecimento das épocas que estudou. Daí sua utilidade e quase indispensabilidade.

O clássico **Dicionário Bibliográfico**, de Sacramento Blake, dedica cinco páginas ao arrolamento da obra do historiador alagoano, com mais de cinqüenta publicações, algumas em dois, três e até quatro volumes. Divide-se sua obra entre a medicina e a história. Esta sobrepuja aquela. Mas, convém recordar que ele foi um dos pioneiros da homeopatia no Brasil, tendo redigido na Bahia, entre 1850 e 1853, “O Médico do Povo”,

jornal destinado à propaganda da medicina homeopática. E o interesse pela homeopatia propiciou-lhe, ainda, publicar quase uma dezena de obras em defesa de seus princípios. Vale insistir, contudo, que é como historiador que seu nome é lembrado hoje.

Tal como o pai, o filho (1844-1919) também se formou em medicina e o primeiro trabalho que publicou, em 1876, foi precisamente a tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a fim de validar seu diploma, uma vez que se diplomara na Bélgica. Mas nada mais escreveu sobre medicina. Preferiu dedicar-se ao jornalismo, com incursões pela poesia, pela arte e pelo folclore. A cultura dos ciganos despertou-lhe muito interesse e foi dos primeiros, senão o primeiro, a escrever sobre esses grupos nômades. Tanto quanto à do pai, Sílvio Romero valorizou-lhe a obra. Vale a pena ler o tópico final do prefácio que escreveu para as **Festas e Tradições Populares do Brasil**: "Por mais que tenha de ser acidentado o caminho do Brasil através dos tempos, quaisquer que tenham de ser as desilusões que o destino lhe reserve, a nossa raça há de sobreviver no futuro e quando os sonhadores do passado houverem de rastejar o fio de ouro de nossas tradições, os dois livros de Melo Morais não de ser chamados a depor, como documentos autênticos, porque neles vive a grande alma deste País. 7-8-1985.

*

133. O SEGUNDO MELLO MORAIS

Meu prezado amigo dr. Leibnitz T. Hovelacque, ilustre advogado de Poços de Caldas, propiciou-me a feliz oportunidade de conhecer raríssima obra, de cuja existência, confesso, nem sequer suspeitava: **Artistas do meu tempo**, de Melo Morais Filho. Livro de mais de oitenta anos, pois data de 1904, editado pelo velho Garnier. Além do que diz o título, contém o livro um estudo sobre Laurindo Rabelo. Mas, o que levou o bom amigo de Poços de Caldas a chamar minha atenção para o livro e até a, gentilmente, oferecer-me o raríssimo exemplar de sua biblioteca particular, foi o extenso estudo, que nele se insere, sobre o nosso Carlos Gomes. Confesso que nem imaginava que o autor baiano houvesse se ocupado do compositor campineiro. De fato, como pude verificar depois, raras são as referências a esse trabalho. É verdade que ele vem citado (e tal seria se não o fosse!) por Roberto Seidl no ensaio de bibliografia sobre Carlos Gomes publicado em o número especial da "Revista Brasileira de Música", comemorativo do centenário do autor de "O Guarani", transcrito em 1936.

Contudo, o texto de Melo Morais Filho continua praticamente desconhecido e esta circunstância está me estimulando a reproduzi-lo nas páginas da "Notícia Bibliográfica e Histórica", publicação do Departamento de História de nossa Universidade Católica. Mas, isto só para o próximo ano, que é quando se comemorará o sesquicentenário do nascimento de Carlos Gomes. Provavelmente, é o que poderei fazer para celebrar a efeméride que, desde já, está entusiasmando os campineiros. E será também uma forma de testemunhar ao dr. Leibnitz meu agradecimento pela sua gentileza.

Por ora, gostaria de recordar alguma coisa do segundo Melo Morais, que anda bastante esquecido. Poucos a ele se referem. E não fora uma recente reedição, pela Itatiaia, de Belo Horizonte, de suas **Festas e Tradições Populares**, nem teríamos o que o recordasse. Nascido na Bahia em 1844 (ou 43, segundo algumas fontes), informa Raimundo de Menezes que teve de lutar com enormes dificuldades no início de sua carreira, devido à ruína financeira do pai. Pensou no sacerdócio, chegando a cursar o seminário e receber ordens menores. Mas, decidiu-se pelo jornalismo e nesta qualidade conseguiu ir para Londres dirigir um jornal brasileiro que lá se editava. Da Inglaterra foi para a Bélgica, onde decidiu-se pelo curso médico. Retornando ao Brasil, apesar de defender tese para a validação de seu diploma, foi ao jornalismo que se consagrou até o fim de sua vida, em 1919. Interessado pelo folclore, escreveu um estudo sobre os ciganos no Brasil e as **Festas e Tradições**, já mencionadas, que publicou em 1888, com prefácio de Sílvio Romero. 14-8-1985.

*

134. GEÓLOGO E HISTORIADOR

Foi com bastante atraso que tive conhecimento da morte, no Rio de Janeiro, no dia 16 de outubro do ano passado, aos noventa anos de idade, de uma das grandes figuras da vida científica brasileira: o geólogo Alberto Ribeiro Lamego. Tive o privilégio de conhecê-lo em tempos que já vão bem longe, no antigo Serviço Geológico Federal. Lembrome de uma excursão por ele dirigida, e de que participei, pela Baixada Fluminense, na qual, cada parada do ônibus era motivo para verdadeira e magistral aula sobre uma região que ele conhecia como ninguém.

Escreveu muito, avançando algumas teorias e hipóteses nem sempre bem aceitas pelos seus colegas, mas que, inegavelmente, trouxeram valiosa contribuição aos estudos geológicos no Brasil. Entre elas, sua interpretação petrogenética das escarpas do Rio de Janeiro, que continuou sendo, ao longo dos anos, sua obra mais importante, mais discutida e, talvez por isto mesmo, mais empolgante.

Mas, Alberto Ribeiro Lamego, além da geologia, dedicou-se também aos estudos históricos sobre a terra fluminense. Aliás, teve a quem sair, pois era filho do historiador campista Alberto Lamego, autor de **A Terra Goitacá**, um dos grandes títulos da bibliografia histórica sobre o Rio de Janeiro. Era o velho Lamego possuidor de riquíssima biblioteca sobre o Brasil, que acabou, pouco após o seu falecimento, sendo adquirida pelo governo paulista para a então recém-fundada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, e que hoje se encontra incorporada ao acervo do Instituto de Estudos Brasileiros.

Com o exemplo paterno e o rico material que teve à sua disposição, o filho Alberto Ribeiro Lamego não pôde deixar de se interessar pelo passado de sua terra. Seu primeiro trabalho histórico, **Na planície do solar e da senzala**, é de grande valor para a história social da região de Campos. Mas foi, sobretudo, com a tetralogia **O homem e o brejo**, **O homem e a restinga**, **O homem e a Guanabara** e **O homem e a serra**, que o geólogo-historiador produziu sua grande contribuição à historiografia brasileira, notadamente fluminense. Nunca entendeu Lamego a geografia sem o apelo ao passado histórico; eis porque, em seus livros, as duas matérias caminham de mãos dadas.

É pena que seus quatro grandes livros tenham sofrido dos vícios das publicações oficiais, quise sempre de difícil e às vezes impossível acesso a tantos interessados pelos seus fascinantes temas. Tiragem reduzida, não vendidos em livrarias, distribuídos apenas aos que têm bom relacionamento com as instituições que os editaram, ficaram fora do alcance de muitos — professores e estudantes — que tanto poderiam aproveitá-los. Nem sei se ainda serão encontráveis em algum lugar, a não ser naturalmente, em bibliotecas especializadas. 8-1-1986.

135. HISTORIADOR HOMENAGEADO EM CALENDÁRIO

Um dos maiores nomes da historiografia brasileira — sabem-no todos os que se dedicam a estudos históricos — foi o pernambucano Oliveira Lima (1867-1928). Deixou obra numerosa e valiosa. Desde **Pernambuco, seu desenvolvimento histórico**, publicado em 1894, até suas memórias que só vieram a público quase dez anos após seu falecimento, inserem-se em sua produção títulos valiosíssimos de nossa bibliografia his-

tórica. Entre outros, **O reconhecimento do Império, O movimento da Independência, Formação histórica da nacionalidade brasileira e D. João VI no Brasil**, certamente sua obra máxima. Publicou, ainda, um manual de **História da Civilização** (creio ter sido o primeiro autor brasileiro a usar este título para o que, até então, se denominava **História Universal**), manual, para mim, até hoje não superado. Reeditou, com anotações a grande obra de Moniz Tavares sobre a Revolução Pernambucana de 1817. Proferiu inúmeras conferências no exterior sobre temas de cultura brasileira.

Escreveu sobre o Japão e sobre a Argentina. Levantou um catálogo de documentos de interesse para o Brasil existentes no Museu Britânico. Interessou-se pelo ideal panamericano. No desempenho de funções diplomáticas, esteve em diversos países, e no fim da vida fixou residência nos Estados Unidos, proferindo cursos em várias universidades americanas. Acabou doando à Universidade Católica de Washington sua riquíssima biblioteca.

Afinal, por que Oliveira Lima? Por algo muito significativo: acabo de tomar conhecimento do **Calendário histórico do Recife** para o corrente ano, iniciativa da Secretaria de Cultura da capital pernambucana, publicado sob a direção de Ulysses Pernambucano de Melo Neto, calendário todo ele consagrado a Oliveira Lima. Não só as doze folhas do ano reproduzem belas fotografias de diversas fases da vida do historiador, como, ainda, foi aposto ao álbum magnífico ensaio sobre “Oliveira Lima e o Recife”, da lavra de Fernando da Cruz Gouvêa, aliás especialista em Oliveira Lima, a quem dedicou profundo estudo em três alentados volumes. Nada mais natural fosse ele próprio, a quem, aliás, devo a gentileza da oferta do belo álbum, o convidado a redigir o texto do calendário. E o fez com a precisão e mestria já demonstradas em muitos outros trabalhos. A registrar-se, ainda, a preocupação de selecionar, mês a mês, as principais efemérides pernambucanas.

Creio ser a primeira vez que, no Brasil, um historiador “cai no domínio público”, tornando-se motivo de um calendário. A beleza das fotografias, o cuidado da impressão e o texto valioso de Cruz Gouvêa tornam esta publicação merecedora de aplausos e de cumprimentos à entidade que a promoveu. (29-1-1986)

*

* *

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I – INSTITUTOS

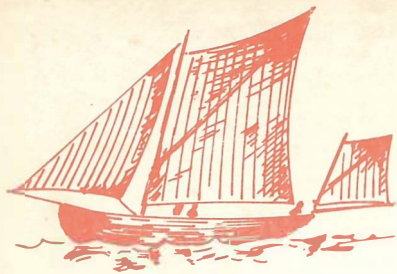
1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Letras
7. Instituto de Psicologia
8. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II – FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III – INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino
Colégio de Aplicação "Pio XII"
Colégio Comercial da Academia "São Luís"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário



DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

